



CERCOS

Cooperativa de Eletrificação e
Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe



PAC - 2016



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS

Índice

1-Relatório da Administração Societário	3
2-Balanco Patrimonial Societário Indicador não definido.	Erro!
3-Demonstração do Resultado do Exercício	20
4- Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido Indicador não definido.	Erro!
5-Fluxo de Caixa Indicador não definido.	Erro!
6-Notas Explicativas Societárias Indicador não definido.	Erro!
7-Parecer do Conselho Fiscal Indicador não definido.	Erro!
8-Parecer dos Auditores Independentes Indicador não definido.	Erro!
9-Relatório da Administração Regulatório	70
10-Balanco Patrimonial Regulatório	86
11-Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória	89
12- Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido Regulatória	93
13-Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório Indicador não definido.	Erro!
14-Notas Explicativas Regulatórias	97
15-Notas Conciliatórias Societária X Regulatória Indicador não definido.	Erro!
16-Parecer do Conselho Fiscal Indicador não definido.	Erro!
17-Parecer dos Auditores Independentes Regulatório Indicador não definido.	Erro!

1 Relatório Administrativo Societário

Relatório da Administração Societário

Senhoras e Senhores Acionistas/Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2016, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERCOS - Cooperativa e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda. para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta do Presidente

Findo o ano de 2016, trazemos à presença dos senhores nossa prestação de contas deste Exercício Social sob a proteção e a graça de Deus.

A nossa Cooperativa neste ano conseguiu realizar projetos relevantes para o bom andamento da mesma, buscando uma gestão inovadora e eficiente frente as exigências inerentes às empresas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de Energia Elétrica.

A confiabilidade e a qualidade no tratamento dos nossos dados, enfatizando a transparência, principalmente no que diz respeito às informações pessoais dos nossos consumidores e associados sempre fez parte de nosso empreendimento, por isso continuamos investindo em 2016 em processos de informatização, buscando com isso otimizar nossa atuação e conquistarmos em 2016 a Certificação de Qualidade ISO 9001.

Nosso maior investimento continua direcionado para a melhoria de nossas redes elétricas, dada a importância crucial de executarmos várias obras para garantir ao nosso consumidor/cooperado uma energia segura e de qualidade e, bem como, o investimento em eficiência energética através do Programa PEE com distribuição de lâmpadas de LED atingindo 423 unidades residenciais. Entretanto, é mister reafirmar o nosso compromisso social como cooperativa que somos mantendo convenio de parceria com o Projeto Dom Bosco que em nossa comunidade se preocupa com a educação por meio de reforço escolar; aulas de violão e informática; esporte não só no projeto como em diversas iniciativas esportivas realizadas na região pelos cooperados e filhos destes, estes últimos viabilizado pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social-FATES.

Diante de todas as incertezas produzidas pela crise econômica e a insegurança política instaurada no Brasil, a presença e o apoio de tantos colaboradores garante a certeza de que tanto neste ano como no futuro, vamos continuar buscando os nossos objetivos e cumprir as metas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL fixadas para o setor.

É com a ideia de crescimento que pretendemos continuar em 2017 nos esforçando para prestar um serviço de qualidade com agilidade, certos de que podemos contar com a parceria de todos.

Cenário

CERCOS - Cooperativa e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda. atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais 40 anos de existência.

Em 2016, apesar do mau desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor Serviços Públicos com um incremento de 135,79% com relação à 2015. O consumo do setor Iluminação Pública também foi representativo, atingindo o patamar de 1,64GWh (1,50GWh em 2015). Somada, a demanda dos dois setores representa 24,41% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2016 (20,23% em 2015).

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Outorgada para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio das seguintes premiações que a Companhia recebeu: Premio IASC 2015 – Índice ANEEL Satisfação do Consumidor.

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica

Distribuição

A Outorgada distribui energia elétrica em 01 dos 75 municípios do Estado, o que representa 1% dos consumidores do Estado do Sergipe. A empresa não atende consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 237 novas ligações com destaque 158 residenciais, 26 comerciais, 59 rurais, e nenhuma industriais e 3 serviços públicos, totalizando 5.329 consumidores atendidos pela Outorgada, número 4,65% superior ao de 2015.

Consumidores	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	2.182	2.442	2.684	2.820	2.978
Comercial	170	181	176	160	186
Industrial	14	8	8	7	7
Rural	2.131	2.080	2.062	2.000	2.059
Poderes Públicos	42	37	38	36	27
Iluminação Pública	57	58	57	57	57
Serviço Público	13	10	13	12	15
Total	4.609	4.816	5.038	5.092	5.329
Variação	5,52%	4,49%	4,61%	1,07%	4,65%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de 9,75 GWh (8,95 GWh em 2015).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Iluminação Pública e Residencial, com aumentos de 9,30% e 9,15% respectivamente.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

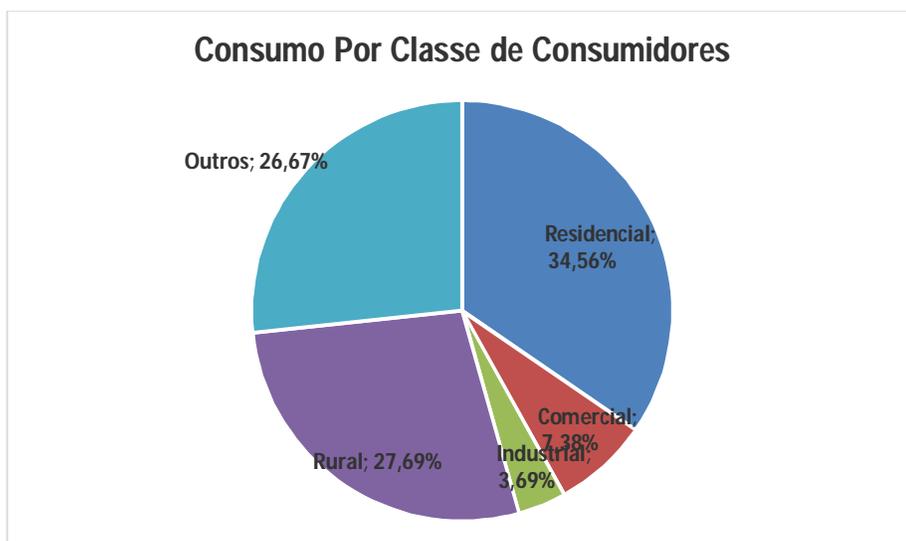
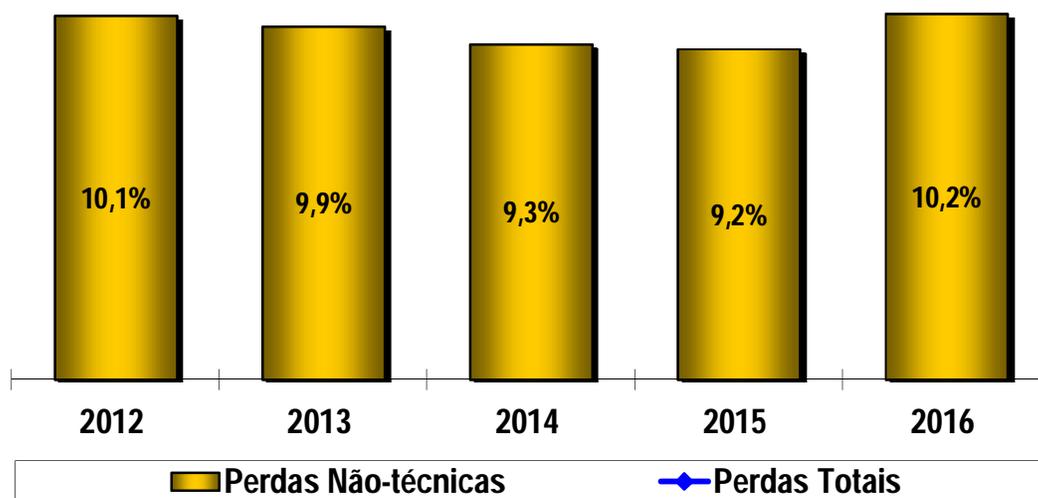
Mercado Atendido - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Energia Faturada	7,31	7,79	8,43	8,95	9,75

Fornecimento	7,31	7,79	8,43	8,95	9,75
Residencial	2,06	2,46	2,93	3,09	3,37
Comercial	0,65	0,75	0,78	0,76	0,72
Industrial	0,44	0,40	0,45	0,42	0,36
Rural	2,42	2,47	2,57	2,64	2,70
Poderes Públicos	0,16	0,16	0,17	0,23	0,22
Iluminação Pública	1,18	1,23	1,26	1,50	1,64
Serviço Público	0,40	0,32	0,27	0,31	0,74
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Dsitribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	7,31	7,79	8,43	8,95	9,75
Varição	11,60%	6,57%	8,22%	6,15%	8,95%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução negativa de 9,80% em 2015 para 2016.

Balço Energético

Energia Requerida - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de Energia	7,31	7,79	8,43	8,95	9,75
- Fornecimento	7,31	7,79	8,43	8,95	9,75
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	7,31	7,79	8,43	8,95	9,75
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	12	12	12	12	13
Perdas Técnicas	10,22	10,19	10,17	10,21	10,36
Perdas não Técnicas - PNT	1,98	1,97	1,92	1,95	2,29
PNT / Energia Requerida %	10,1%	9,9%	9,3%	9,2%	10,2%
Perdas Totais - PT	12,20	12,16	12,09	12,16	12,65
PT / Energia Requerida %	62,5%	61,0%	58,9%	57,6%	56,5%
Total	19,51	19,95	20,52	21,11	22,40

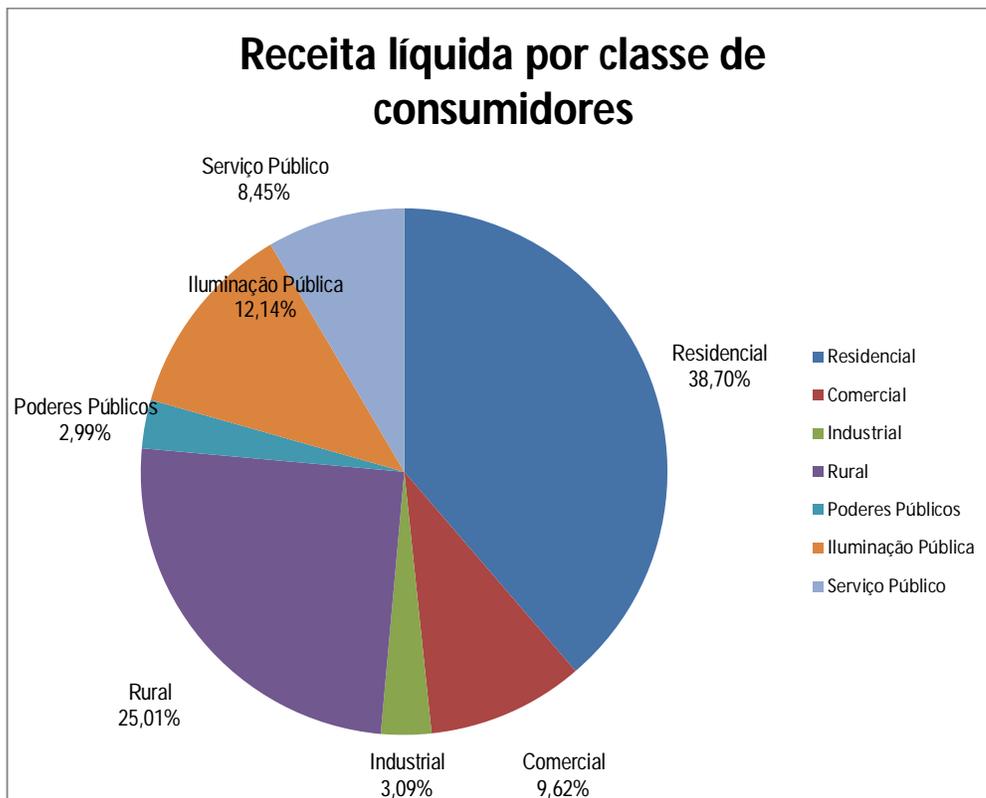


Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 3.385,42 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

Classe	2016	2015	%
Residencial	1.310,16	1.114,80	17,52%
Comercial	325,59	330,79	-1,57%
Industrial	104,72	110,79	-5,48%
Rural	846,76	772,22	9,65%
Outros	798,19	572,95	163,20%

Poderes Públicos	101,20	97,78	3,50%
Iluminação Pública	410,93	358,44	14,64%
Serviço Público	286,06	116,73	145,06%
Total	3.385,42	2.901,55	16,68%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2016 apresentou um crescimento de 4,65 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2016	2015	Var %
Residencial	2.978	2.820	5,60%
Comercial	186	160	16,25%
Industrial	7	7	0,00%
Rural	2.059	2.000	2,95%
Outros	99	105	-5,71%
Poderes Públicos	27	36	-25,00%
Iluminação Pública	57	57	0,00%
Serviço Público	15	12	25,00%
Total	5.329	5.092	4,65%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2016 continuou igual a 2015 (374,32/MWh - Resolução ANEEL nº 1.883 de 22 de abril de 2015), tarifa que foi prorrogada através da Resolução Homologatória 2.068 de 26 de abril de 2016.

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,157	0,269	0,404	0,449

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	454,81
Comercial	454,81
Industrial	424,18
Rural	313,82

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2012	14,55	12,29	0,00
2013	24,71	18,21	0,00
2014	3,35	5,01	0,00
2015	9,83	7,06	0,00
2016	21,31	9,59	0,00

OBS: Até o exercício de 2016 não houveram medições de tempo de espera de DEC e FEC.

Atendimento ao consumidor - Dando sequência ao intenso processo de melhoria e modernização dos processos relacionados ao atendimento ao consumidor, a CERCOS possui o SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor, que poderá realizar reclamações, críticas, elogios etc, através de nosso sistema telefônico de tarifação reversa (0800), o que logicamente diminui os custos do cooperado/consumidor e aproxima a comunidade de nossa organização.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte

a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2015, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: implementação de aplicações no Sistema de Faturamento iniciado em 2014, atualização e modificação do nosso Sistema de Ordem de Serviço; interligação dos dois sistemas unificando-os, transformando assim no sistema Geral de Informações CERCOS; implantação dos sistemas imobilizado (patrimônio) e ordens em curso e interligação com o sistema de almoxarifado

Em 2016, foram implementados no sistema geral de informações, módulos para atender as exigências da ISO 9001, transformando-o em um sistema mais confiável e transparente, capaz de rastrear qualquer acesso tanto interno quanto externo, criando relatórios diários. Também foi implementado no sistema o módulo associado, onde este fornece todas as informações relacionadas ao sócio-consumido. Para um melhor suporte aos sistemas foi adquirido 06 (seis) linhas móveis para comunicação entre equipe interna e externa, o que possibilitou melhoria do tempo para coletar informações e atender ao consumidor. Foi também concentrados esforços para melhorar os equipamentos de informática, através de aquisição de novos e manutenção preventiva.

Desempenho econômico-financeiro

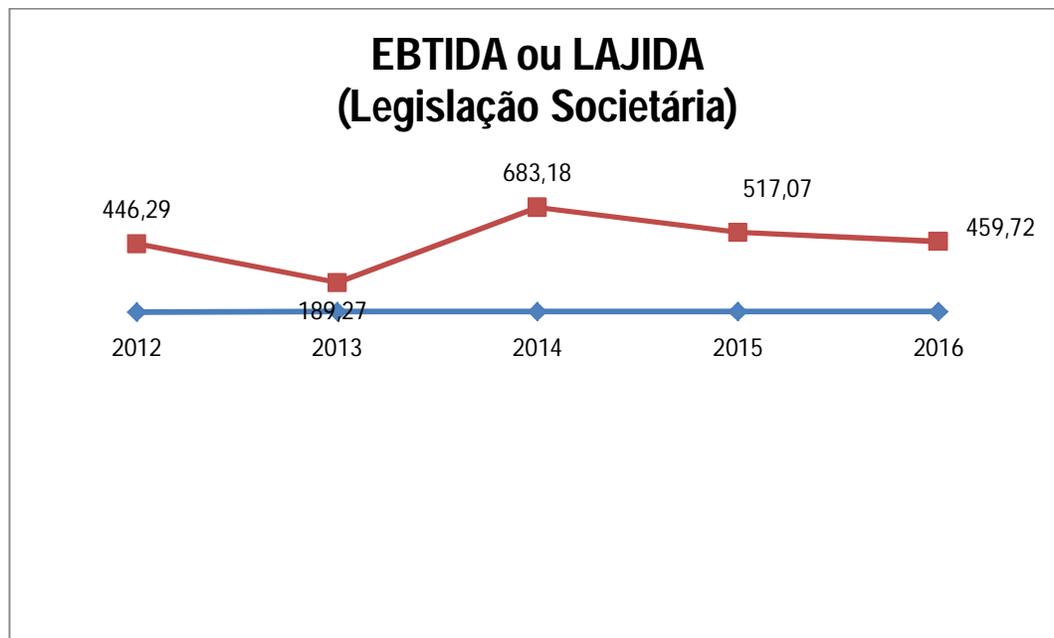
Em 2016, as sobras líquidas foram de R\$ 204,43 mil, contra R\$ 286,79 mil em 2015, uma diminuição de 40,29%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 226,68 mil
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 93,23 mil
RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 306,08 mil

A receita operacional líquida atingiu R\$ 3.910,54 mil, enquanto em 2015 situou-se em R\$ 3.060,82 mil.

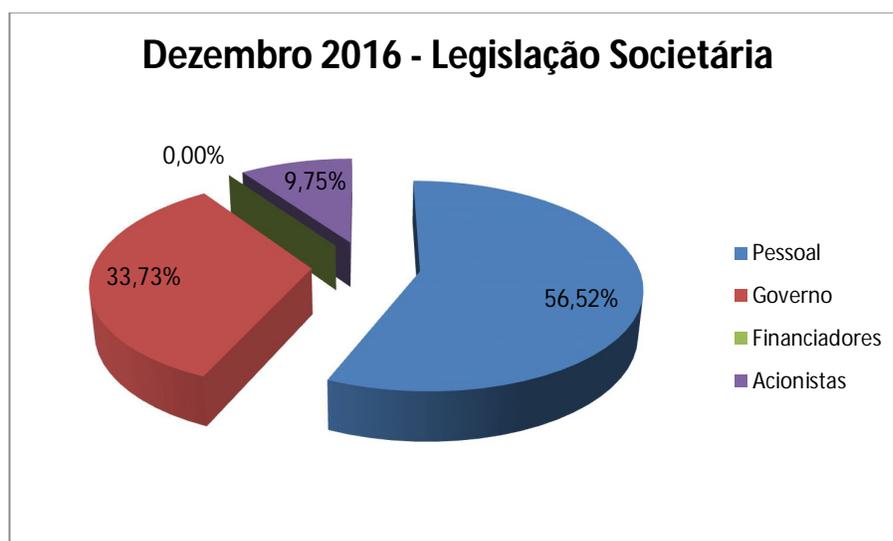
As despesas operacionais totalizaram em 2016 R\$ 3.522,47 mil, 42,46% superiores em relação à 2015, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram uma diminuição de 42,04% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 14,95% contra 22,76 % em 2015.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 459,72 mil, inferior em 12,47% a 2015, que foi de R\$ 517,07 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2016, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 100,60 mil, 127,26% inferiores em relação à 2015, dos quais R\$ 228,63 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição.

Valor adicionado regulatório: Em 2016, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 2.116,91 mil, representando 49,56% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% de FATES.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 582,87mil, composto por 582.866 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a associados: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Gestão

Administração: Durante o ano de 2016 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Em 2016, as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, implantação do manual da qualidade, preparação para certificações de qualidade de gestão.

Recursos humanos: Em 2016 implantou-se e executaram-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já inicialmente apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2016	2015	%
Atendimento			
Número de consumidores	5.329	5.092	4,65%
Número de empregados	38	36	5,56%
Número de consumidores por empregado	140	141	-0,71%
Número de localidades atendidas	16	16	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	2	2	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	61,01	61,01	0,00%
Geração própria (GWh)	0		0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	1,99	2	4,74%
Distribuição direta (GWh)	0	0	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	94,32	99,05	-4,78%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	395,12	378,17	4,48%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	454,81	434,41	4,70%

Comercial	454,81	433,27	4,97%
Industrial	424,18	433,28	-2,10%
Rural	313,82	294,51	6,56%
Suprimento	0,00	0,00	0,00%
DEC (horas)	21,31	9,83	116,79%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	0,00	0,00	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	23,3	23,3	0,00%
FEC (número de interrupções)	9,59	7,06	35,84%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	112,62	119,64	-5,87%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0,00	0,00	0,00%
Número de subestações	0,00	0,00	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0,00	0,00	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	225,07	102,59	119,39%
Capacidade instalada (MW)	6,67	6,27	6,38%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	4.271,42	3.515,86	21,49%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	3.910,54	3.060,82	27,76%
Margem operacional do serviço líquida (%)	9,23%	14,87%	-37,93%
EBITDA OU LAJIDA	459,72	517,07	-11,09%
Lucro líquido (R\$ mil)	204,43	286,79	-28,72%
Lucro líquido por mil cotas	204,43	286,79	-28,72%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	1.516,45	1.298,28	16,80%
Valor patrimonial por cota R\$	1.516,45	1.298,28	16,80%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,13	0,22	-38,97%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	1,63	1,70	-4,06%
Em moeda nacional (%)	1,63	1,70	-4,06%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionários	1,99	1,49	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	237,88	282,33	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	1,7	2	0,00%
Retorno de ativos por unidade	0,16	0,45	0,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Outorgada. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Outorgada.

Colônia Treze, Lagarto (SE), 30/04/2017.

A Administração

2 Balanço Patrimonial

COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA

CNPJ 13.107.842/0001 - 99

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2016	2015
Ativos		
Ativo Circulante	1.612,85	1.468,54
Caixa e equivalentes de caixa	131,80	259,63
Consumidores	853,75	821,13
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	11,30	2,42
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	33,99	27,39
Investimentos temporários	159,36	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	138,02	108,23
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	284,63	249,74
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	2.371,14	2.031,60
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	25,43	-
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-

Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	776,76	609,79
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	471,41	408,92
Intangível	1.097,54	1.012,89

Total do ativo	3.983,99	3.500,14
-----------------------	-----------------	-----------------

Passivo

Passivo Circulante	1.246,80	962,88
Fornecedores	204,09	161,25
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	181,53	157,20
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	355,92	265,95
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	70,12	161,45
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	275,11	79,38
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	160,03	137,65
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	1.220,74	1.238,98
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	915,90	937,94
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-

Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	304,84	301,04

Total do passivo	2.467,54	2.201,86
-------------------------	-----------------	-----------------

Patrimônio líquido	1.516,45	1.298,28
Capital social	582,87	565,13
Reservas de capital	(350,52)	(474,33)
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	(188,06)	(188,06)
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	657,90	606,28
Sobras à disposição da Assembleia	814,26	789,26
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	1.516,45	1.298,28
------------------------------------	-----------------	-----------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	3.983,99	3.500,14
---	-----------------	-----------------

3 Demonstração do Resultado do Exercício

COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA

CNPJ 13.107.842/0001 - 99

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2016	2015
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	4.271,42	3.515,87
Fornecimento de energia elétrica	669,30	703,18
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	2.946,21	2.543,72
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(0,81)	(327,70)
Serviços cobráveis	2,70	4,34
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	654,02	592,33
Outras receitas	-	-
Tributos	(144,04)	(147,02)
ICMS	(107,85)	(107,37)
PIS-PASEP	(6,44)	(6,87)
Cofins	(29,72)	(32,62)
ISS	(0,03)	(0,16)
Encargos - Parcela "A"	(216,84)	(308,03)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(14,44)	(17,99)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(13,35)	(18,00)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(81,02)	(77,64)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(9,30)	(8,31)
Outros encargos	(98,73)	(186,09)

Receita líquida / Ingresso líquido	3.910,54	3.060,82
---	-----------------	-----------------

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(1.005,46)	(962,44)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.005,46)	(962,44)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.905,08	2.098,38
--	-----------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(2.658,40)	(1.460,61)
Pessoal e administradores	(1.745,81)	(1.347,38)
Material	(159,43)	(150,13)
Serviços de terceiros	(351,64)	(375,71)
Arrendamento e aluguéis	-	-
Seguros	(13,41)	(9,00)
Doações, contribuições e subvenções	(5,49)	(4,76)
Provisões	(10,33)	139,07
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	16,99	18,13
Tributos	(17,69)	(10,99)
Depreciação e amortização	(135,36)	(117,34)
Gastos diversos	(94,84)	347,91
Outras Receitas Operacionais	80,10	83,99
Outras Despesas Operacionais	(221,49)	(34,40)

Resultado da Atividade	246,68	637,77
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	(20,00)	(342,25)
Despesas financeiras	(133,17)	(529,84)
Receitas financeiras	113,17	187,59
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	226,68	295,52
Despesa com impostos sobre os lucros	(22,25)	(8,73)
Resultado líquido das operações em continuidade	204,43	286,79
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	0,35	0,51
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,35	0,51
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de
2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2016	2015
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

4 Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA

CNPJ 13.107.842/0001 - 99

Demonstra o das muta es do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposi�o da Assembléa	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	539,10	(76,86)	-	616,96	49,58	-	-	-	1.128,78
Remunera�o das imobiliza�es em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	26,03	-	-	-	-	-	-	-	26,03
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destina�es	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	(397,47)	-	-	(199,32)	-	617,98	-	21,19
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	295,52	-	295,52
Destina�o proposta � A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	(51,94)	-	76,80	(24,86)	-	-
FATES	-	-	-	(275,53)	(38,32)	243,52	(12,42)	-	(82,75)
Reservas de Lucros	-	-	-	(90,49)	-	-	-	-	(90,49)

Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	(199,00)	-	285,96	(86,96)	-	(0,00)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	565,13	(474,33)	-	-	(188,06)	606,28	789,26	-	1.298,28
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	17,74	-	-	-	-	-	-	-	17,74
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	54,42	-	150,00	-	204,42
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	59,52	(59,52)	-	-
FATES	-	-	-	-	(54,42)	(37,66)	88,09	-	(3,99)
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	123,81	-	-	-	-	(123,81)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	29,76	(29,76)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	582,87	(350,52)	-	-	(188,06)	657,90	814,26	-	1.516,45

5 Fluxo de Caixa

COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA
CNPJ 13.107.842/0001 - 99

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e
2015

(Valores expressos em milhares de reais)
(Método Direto)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	162,59	381,68
Fornecimento de Energia	4.046,88	3.297,35
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasso do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	696,01	802,59
Outros Recebimentos Operacionais	119,34	84,59
Fornecedores - Materiais e Serviços	(1.362,46)	(948,71)
Fornecedores - Energia Elétrica	(1.116,91)	(966,83)
Salários e Encargos Sociais	(1.106,32)	(838,29)
Tributos sobre a Receita - Federais	(741,35)	(598,64)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(112,69)	(150,24)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	-	-
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(106,09)	(114,26)
Outras Despesas Operacionais	(153,82)	(185,88)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(144,39)	(194,25)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(144,39)	(201,21)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	-	6,96
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	18,20	187,43
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(146,03)	(14,43)
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	-	(14,43)

Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	(146,03)	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(127,83)	173,00
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(127,83)	173,00
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(127,83)	173,00
No início do exercício	259,63	86,63
No fim do exercício	131,80	259,63

6 Notas Explicativas Societárias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda. – CERCOS é uma sociedade cooperativa regida pela Lei 5764/71 e tem como finalidade a prestação de serviços a seus associados possibilitando o acesso ao fornecimento de energia para consumo próprio, e, fornece também, a não associados, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia.

2 Das Permissões

A CERCOS detém permissão válida até o ano 2028, para a Distribuição de Energia Elétrica em parte do Município de Lagarto no Estado de Sergipe, conforme contrato de Permissão, Nº 009/2008, assinado em 30/07/2008.

Atualmente (base dezembro/2016), possui 4.322 associados, divididos em 24,19% de consumo rural, 30,35% de consumo residencial, 6,18% de consumo comercial, 0,21% de consumo industrial e 19,34% de outros associados. Possui também 1.007 consumidores (não associados), divididos em 4,39% de consumo rural, 4,73% de consumo residencial, 1,38% de consumo comercial, 3,39% de consumo industrial e outros 5,84%.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que detém o Status de “Consumidor Livre”.

O prazo concedido neste contrato com a Poder Concedente tem sua vigência do dia 30/07/2008 até o dia 30/07/2028.

Conforme MP 466, foi emendado o art. 23 da lei 9074/1995 o seguinte texto: “§ 3º As autorizações e permissões serão outorgadas às Cooperativas de Eletrificação Rural **pelo prazo de até 30(trinta) anos**, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do Poder Concedente”.

A Cercos aguarda Aditivo Contratual para a efetivação deste novo prazo.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de

Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Depachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016 e 3.371/2016.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 1.097,54 mil e para Ativos Financeiros de R\$ 590,90 mil.

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Concessão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
- 2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CERCOS, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

Desta forma, para o exercício de 2016, reconhecemos os seguintes valores:

Ativos Financeiros Setoriais: 138,02 R\$/MIL .

Passivos Financeiros Setoriais: 275,11 R\$/MIL

4 Principais Práticas Contábeis

. Equivalentes de caixa e títulos e fundos vinculados

A CERCOS possui valores de remunerações de aplicações em fundos vinculados cujo saldo em 31/12/2016 é de R\$ 159,36 mil reais.

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2016, contabilizado com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlado pelo custo médio.

. Imposto de renda diferido

A CERCOS - não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2016 ou anterior.

. Plano de complementação de aposentadoria e pensão.

A CERCOS não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

. Apuração do resultado

Os Resultados das Sobras e Perdas foram obtidos obedecendo a despesas, regime de proporcionalidade para cálculo de custos, dispêndios e despesas, uma vez que os Ingressos e Receitas forem contabilizados separadamente, bem como os respectivos impostos. Estão todas reconhecidas pelo regime de competência.

. Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. Estrutura das demonstrações contábeis

Com referencia às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os sub-grupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016 e 3.371/2016 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO REGULATORIO, DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO REGULATORIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44, abaixo.

5 Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária possui o montante de R\$ 159,36 (Reais/mil) em Equivalentes de Caixa e Títulos e Fundos Vinculados, devidamente contabilizados conforme demonstrado a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2016	2015
-------------	-------------------	------------	-------------	------	------

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2016 e 2015, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação societária	
	2016	2015
Consumidores		
Faturados	678,29	616,57
Não faturados	107,97	115,90
Sub Total	786,26	732,47
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Serviço Taxado	0,90	0,62
Outros	123,79	88,04
Sub Total	124,69	88,66
Total	910,95	821,13

Composição das Contas a Receber

Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Legislação societária							
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2016	2015	2016	2015
Residencial	129,08	77,07	33,85	240,00	-32,19	-25,37	207,81	187,59
Industrial	14,62	13,96	14,27	42,85	-1,60	-1,60	41,25	30,71
Comércio, Serviços e Outras Atividades	32,89	26,75	11,60	71,24	-8,20	-6,41	63,04	50,45
Rural	81,74	46,27	20,75	148,76	-13,44	-12,21	135,32	130,39
Poder Público	10,79	0,42	3,28	14,49	-1,77	-1,18	12,72	41,71
Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	10,79	0,42	3,28	14,49	-1,77	-1,18	12,72	41,71
Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iluminação Pública	36,34	36,88	62,09	135,31	0,00	0,00	135,31	159,45
Serviço Público	25,65	0,00	0,00	25,65	0,00	0,00	25,65	16,27
Renda não Faturada	107,97	0,00	0,00	107,97	0,00	0,00	107,97	115,90
Estorno IFRS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atualização Regime Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal - Consumidores	439,08	201,35	145,84	786,27	(57,20)	(46,77)	729,07	732,47
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização no MAE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionárias/ permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	439,08	201,35	145,84	786,27	(57,20)	(46,77)	729,07	732,47

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;

c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

- A Provisão para Devedores Duvidosos em 2016 (R\$ 57,20/reais mil) aumentou em 22,30 % em relação ao ano de 2015 (R\$ 46,77/ reais mil).

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios à receber, em dezembro/2016, importavam em: 146,34 R\$/MIL.

7 Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2016	2015
Em Serviço Societário	471,41	408,92
Em Curso Societário	0	0
Ativo Financeiro da Concessão	590,90	423,39
Ativo Intangível da Concessão	923,21	830,70
Ativo Intangível em Curso	174,34	182,19
Reavaliação Regulatória Compulsória	1.662,86	1.874,47
Sob Total	3.822,72	3.719,67
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-304,84	-301,04
Sub Total	-304,84	-301,04
Total	3.517,88	3.418,63

Ativo Imobilizado Societário	471,41	408,92
Ativo Imobilizado Regulatório	3.517,88	3.418,63

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para

os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação

dos serviços públicos.”

- Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviços publico conforme abaixo

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2016	Valor Líquido 2015
Intangíveis				
Em Serviço	5,01	918,2	923,21	830,70
Em Curso	174,34	0,00	174,34	182,19
Total	179,35	918,20	1.097,55	1.012,89

8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2016, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2016
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	108,22	29,15	-	0,64	-	138,01
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	29,15	-	0,64	-	29,79
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	81,17	-	-	-	-	81,17
Outros	27,05	-	-	-	-	27,05

(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-
---	---	---	---	---	---	---

Total Ativos Financeiros Setoriais	108,22	29,15	-	0,64	-	138,01
---	---------------	--------------	----------	-------------	----------	---------------

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferecias	Saldo em 31/12/2016
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	79,38	43,40	(0,61)	0,82	152,12	275,11
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	29,99	-	0,82	-	30,81
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	79,38	13,41	(0,61)	-	152,12	244,30

Total Passivos Financeiros Setoriais	79,38	43,40	(0,61)	0,82	152,12	275,11
---	--------------	--------------	---------------	-------------	---------------	---------------

9 Fornecedores

	Legislação societária	
	2016	2015
Empresa Enérgica de Sergipe	117,74	120,01
Proinfa	6,23	7,87
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	123,97	127,88
Sub Total	123,97	127,88
Materiais e Serviços	80,13	33,36
Sub Total - Materiais e Serviços	80,13	33,36
Total	204,10	161,24

10 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Longo			Total	
	Circulante		prazo		
	Principal	Encargos	Principal	2016	2015
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional					
LPT Eletrobrás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

A CERCOS não apresentou saldo de empréstimos e financiamentos nos exercícios de 2015 e 2016.

11 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2016 e 2015.

	Legislação societária	
	2016	2015
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Bandeiras Tarifárias	11,91	67,33
Outros Encargos (CCC- Sist. Isolado 0,3%)	0,01	0,01
Taxa de fiscalização – ANEEL	0,77	0,77
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	13,62	16,07
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	26,58	62,65
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	17,23	14,62
Total	70,12	161,45

12 Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERCOS possui créditos referentes a tributos e contribuições Sociais no Longo Prazo no valor de R\$ 25,43 mil referente a ICMS sobre compra de ativo imobilizado em 48 avos.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERCOS, no exercício de 2015 e 2016.

14 *Provisões para Contingências*

Contingência	Legislação societária					
	2016			2015		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
No exercício	Acumulada	No exercício		Acumulada		
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS: No exercício de 2015 e 2016 não houve contingências fiscais, civis e trabalhistas a provisionar.

15 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 representa R\$ 582,87 (Reais/mil), sendo composto por 582.866 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

<u>Cotistas</u>	<u>Cotas</u>	<u>%</u>
Jose Bispo da Hora	5,61	0,96
Sinval Costa Santos	4,75	0,81
Cooperativa Mista de Agricultura do TR	2,66	0,46
Luis Fernandes Neto	2,47	0,42
Joseval Santos Rodrigues	2,16	0,37
Joao Batista dos Santos	1,67	0,29
Gilberto Alves do Nascimento	1,55	0,27
Jose Enidio de Santana	1,39	0,24
Jose Oliveira Fontes Irmaos	1,37	0,23
Manoel Monteiro dos Santos	1,19	0,20
Erasm Rosa Trindade	1,18	0,20
Postos Santa Luzia	1,48	0,25
Maria da Conceicao Goncalves Santana	1,03	0,18
Juncudino Rodrigues Filho	0,91	0,16
Lenice Maria de Jesus	0,88	0,15
Jose Raimundo dos Santos	0,88	0,15
Benicio Monteiro da Cruz	0,85	0,15
Demais Cooperados (n° 5.577)	550,85	94,51
TOTAL	582,87	100,00

Reserva de Capital e Reserva de Lucros e Sobras

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

	Legislação societária	
	2016	2015
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	0,00
Conta de resultados a compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	-350,52	-474,33
Sub Total	-350,52	-474,33
Total da Reserva de Capital	-350,52	-474,33

Reservas de Lucros e Sobras

	Legislação Societária	
	2016	2015
Reserva legal	136,31	76,79
FATES	205,86	243,52
Lucros a realizar	0,00	0,00
Reserva para investimentos	315,73	285,97
Sub Total	657,90	606,28
Total das Reservas	307,38	131,95

Conforme determinações do Despacho 4.991/2011-SFF/ANEEL (Despacho de Encerramento), item 2.6, procedemos em 2013, ao reconhecimento contábil da Avaliação (VNR) com a contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória. Tal contabilização debitara nosso Ativo Imobilizado em Serviço em contra-partida ao Sub-Grupo Contábil Reservas de Reavaliação no Grupo Contábil Patrimônio Líquido. A CERCOS não passou pelo primeiro processo de revisão tarifária periódica, portanto não tem os valores reavaliados nesse exercício por conta do PRORET.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2016 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

16 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2016 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Receita Bruta	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento - Faturado	5.329	5.092	9.756	8.951	3.638,44	3.241,55
Residencial	2.978	2.820	3.371	3.087	1.394,75	1.226,51
Industrial	7	7	365	418	166,34	184,15
Comercial	186	160	716	764	349,83	361,73
Rural	2.059	2.000	2.703	2.641	885,24	834,96
Poder público	27	36	223	226	115,13	113,64
Iluminação pública	57	57	1.643	1.501	433,33	397,09
Serviço público	15	12	735	314	293,82	123,47
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	2.946,21	2.543,72

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS+PIS+COFINS. Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

18 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2015 e 2016 a CERCOS não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2016	2015	Reais Mil	
			2016	2015
ENERGISA Distribuição	10.945,17	10.197,95	1.055,92	1.019,11
PROINFA	143,47	204,25	58,78	52,56
Total	11.088,64	10.402,20	1.114,70	1.071,67

20 Despesas Operacionais

	Legislação societária		Legislação		Legislação	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	Despesas com Vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	
Pessoal						
Remunerações	0,00	0,00	1.095,94	831,82	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	0,00	422,66	328,84	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00	4,70	0,00	0,00	0,00

21 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2016	2015
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	133,17	0,00	0,00	133,17	529,84
(-) Transferências para imobilizado em curso							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	133,17	0,00	0,00	133,17	529,84
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	133,17	0,00	0,00	133,17	529,84

22 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

Segue abaixo Reconciliação do IRPJ e CSLL sobre operações com não associados:

	Legislação societária	
	2016	2015
Lucro(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	226,68	295,52
Ajustes LALUR	79,40	(36,78)
Base de Calculo Fiscal	306,08	258,74
Imposto de renda e contribuição social calculados (15%+10 e 9%)	-22,25	-8,73
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	-22,25	-8,73

23 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa até o exercício de 2016.

24 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Não houve plano previdenciário e outros benefícios no exercício de 2015 e 2016.

25 Transações com Partes Relacionadas

Não houve transação com partes relacionadas no exercício 2015 e 2016.

A título de remuneração da diretoria "chave – administrativa" do pessoal da administração, foram pagos durante o exercício:

legislação societária

	2016	2015
Remuneração	153,12	132,38
Encargos	47,51	32,24
Total	200,63	164,62

26 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2016 e 2015, exceção feita a aplicações a curto prazo em 2016, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

27 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em sete de julho de 2011 nossa Permissionária protocolou seu pedido de consolidação de parcelamento de saldo remanescente dos programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários- Art. 3º - Débitos Previdenciários, da Lei 11.941, de 2009, conforme protocolo nº 28980989719609780855 confirmado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

O montante da dívida incluída no Refis era de R\$ 520,23 reais mil lançamento constante da conta passivo não circulante, débitos previdenciários da lei 11941/09. Através de correção pela Selic como determina a lei 11941/2009 o débito da Cooperativa encerrou em 31/12/2016 com o valor de R\$ 1.003,73 reais mil (R\$ 87,83 CP e R\$ 915,90 LP). A condição essencial para manutenção e ativação do Parcelamento Refis lei 11941/09 é não atrasar ou deixar de pagar mais de três parcelas consecutivas ou intercaladas.

28 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Vlr segurado
Veículos	2016/2017	13.370,02

Equipamentos nomeados – Na apólice contratada da HDI Seguros, foram segurados os veículos abaixo relacionados:

04 veículos

- 01 veículo saveiro placa QKU 8579
- 01 veículo saveiro placa QKW 8416
- 01 veículo gol placa OEL 9947
- 01 veículo gol placa QKQ-2518

Equipamentos nomeados – Na apólice contratada da HDI Seguros, foram segurados os veículos abaixo relacionados

04 motos:

- Moto 150 BROSS placa QKV 6778
- Moto 150 BROSS placa QKY 3438
- Moto 150 BROSS placa QKW 8042
- Moto 150 BROSS placa QKO 3925
- Moto 150 BROSS placa QKO 3951

Todos segurados contra danos materiais, danos Corporais, APP por morte e invalidez permanente.

29 Eventos Subsequentes

29.1 Revisão Tarifária pelos critérios do Módulo Pró-RET 8.1 – 2016 postergado à 2017.

Durante os estudos para a formação da metodologia e regra para a Segunda Revisão Tarifária das Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, a ANEEL tomou a decisão de verificar toda a demanda de solicitações de mudanças do Setor Cooperativista, e, com essa verificação encerrar o prazo para que as 14 Cooperativas de Eletrificação do País que ainda não haviam assinado com o Poder Concedente assinassem.

Tal metodologia resultou em muitas Audiências Públicas do Órgão Regulador, bem como diversas consultas e solicitações do ramo Cooperativista, que resultaram na publicação do Módulo 8.4 do PRORET.

Nesta publicação, a Agência Reguladora determinou que um dos caminhos abaixo elencados fossem adotados pela Empresa, sendo:

1) Para aquelas que não assinaram o contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi determinado somente a escolha entre, assinatura imediata de Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica com a Parcela Tarifária denominada "Parcela B" regulada pelo módulo 8.4 do PRORET, ou, o encerramento de suas atividades no Setor Elétrico; e,

2) Para aquelas que assinaram o Contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi dada a escolha de continuar com sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo módulo 8.1 do PRORET, ou, assinar Aditivo Contratual ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e passar a Revisão Tarifária de sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo Módulo 8.4 do PRORET.

Nossa Empresa, de posse da Regulação e, ao estudar as duas modalidades de Revisão Tarifária, optou por continuar a ter sua Revisão Tarifária Periódica regulada, mormente à Parcela B, Regulada pelo módulo PRORET 8.1.

Tal decisão ocorreu por nossa Diretoria, em virtude das regras deste módulo serem conhecidas, lógicas, e, totalmente baseadas em fatos seguros apurados pelo Departamento Contábil e Departamento Técnico, resultando em segurança para nossos Cooperados como proprietários da Empresa, e, para nossos Cooperados e não Cooperados, na qualidade de Consumidores de Energia Elétrica, oferecendo transparência, legalidade e preço justo com remuneração adequada aos investimentos necessários.

Como toda a regulamentação acima descrita acabou por ter seus prazos findos após o aniversário tarifário de nossa Empresa, a ANEEL prorrogou a vigência da tarifa 2015/2016 para o ciclo 2016/2017 de forma a não prejudicar a operação da Permissionária. Ocorre que, no aniversário tarifário de 2017, a Revisão Tarifária Periódica de 2016 será realizada e, seus efeitos aplicados de forma retroativa, o que, certamente, ensejará numa bolha financeira que reestabelecerá o equilíbrio econômico financeiro entre a tarifa congelada aplicada e a apurada retroativamente à 2016.

29.2 Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

Fruto dos investimentos maciços em melhoria de todas as nossas redes de distribuição, com satisfação, anunciamos que nossa Empresa está convergindo para os patamares regulatórios, onde, em 2016, nosso FEC figura dentro de sua margem, e, o DEC com uma pequena ultrapassagem na ordem de 0,31. Vale salientar que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000, cuja certificação vigora até o ano de 2017, quando buscaremos a re-certificação.

Ano de 2016:

Limites Regulatórios: DEC: 21 FEC 17

Realizado: DEC 21,31 e FEC 9,59

Para o ano de 2017, nossos limites Regulatórios são:

DEC 20 FEC 16

Envidamos todos nossos esforços para não ultrapassarmos estes índices, e, com isso, melhor atender nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

30 Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2016, a Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe LTDA – CERCOS desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente nos cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004).

Responsabilidade Social

A CERCOS participa de ações na comunidade, através de patrocínios, em eventos de pequeno porte educativos, religiosos e comunitários, e incentivo ao esporte.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA - CERCOS

CNPJ no 13.107.842/0001-99

Demonstração do Balanço Social - 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016			2015		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			3.910,54			3.060,82
Lucro Operacional (LO)			246,68			637,77
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			1.745,81			1.347,38
			<u>% sobre</u>			<u>% sobre</u>
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL

Alimentação - Auxílio alimentação e outros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios	470,17	26,93%	12,02%	328,84	24,41%	10,74%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	44,38	2,54%	1,13%	9,75	0,72%	0,32%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos		0,00%	0,00%	0,10	0,01%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2,64	0,15%	0,07%	1,28	0,09%	0,04%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Benefícios	17,18	0,98%	0,44%	12,08	0,90%	0,39%
Total	534,37	30,61%	13,66%	352,05	20,17%	9,00%

% sobre

% sobre

3 - Indicadores sociais externos

	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Bolsa para estágio	2,29	0,93%	0,06%	1,45	0,23%	0,05%
Programa Adolescente Aprendiz	13,09	5,31%	0,33%	16,83	2,64%	0,55%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	5,49	2,23%	0,14%	4,76	0,75%	0,16%
Total de contribuições para a sociedade	20,87	8,46%	0,53%	23,04	9,34%	0,59%
Tributos - excluídos encargos sociais	161,73	65,56%	4,14%	158,00	24,77%	5,16%
Total	182,60	74,02%	4,67%	181,04	73,39%	4,63%

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial		0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0	0	0	0	0	0

5 - Indicadores do corpo funcional	2016	2015
	em unidades	em unidades
Empregados no final do período	39	36
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	9	9
Ensino médio	20	13
Ensino fundamental	10	14
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	19	16
De 30 até 45 anos (exclusive)	10	10
Acima de 45 anos	10	10
Admissões durante o período	3	5

Mulheres que trabalham na empresa	9	9
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	1,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa	5	5
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	0,00%	0,00%
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	24	24
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	8,00	8,00
Maior remuneração	7,04	7,04
Menor remuneração	0,88	0,88
Acidentes de trabalho	1	0

31 Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERCOS, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, sendo que, ao término do exercício de 2016, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual no exercício atingiu um montante de R\$ 3.910,54 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 27,76% que foi de R\$ 3.060,82 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2016 foi de 5.329, já em 2015 foi de 5.092 ocasionando um aumento de 4,65% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2016, montaram em R\$ 1.509,34 (Reais/mil) e no exercício anterior montaram R\$ 1.156,70 (Reais/mil), ocasionado um aumento de R\$ 30,49 % em relação ao ano anterior.

Custos Gerenciáveis da Parcela B – Os Custos Gerenciáveis da Parcela B, excluindo as despesas com pessoal, no exercício de 2016, foram de R\$ 872,31 (Reais/mil), superior em 271,88% ao ano anterior que foi de R\$ 234,57 (Reais/mil).

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2016 importou em R\$ (20,00) (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2015, o Resultado Financeiro foi de R\$ (342,25) (Reais/mil).

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coefficientes	Fórmula	Unidade	2016	2015
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC / PC	R\$	1,29	1,53
Seca	$(AC - E) / PC$	R\$	1,27	1,50
Absoluta	AD / PC	R\$	0,11	0,27
Geral	$(AC + RLP) / (PC + ELP)$	R\$	1,61	1,59
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	$(LB / VB) \times 100$	%	5,31	8,41
Operacional s/ Vendas	$(LO / VB) \times 100$	%	5,78	18,14
Líquida s/ Vendas	$(LL / VB) \times 100$	%	4,79	8,16
Líquida s/ Capital	$(LL / CS) \times 100$	%	35,07	50,75
Líquida s/ Patrimônio Líquido	$(LL / PL) \times 100$	%	13,48	22,09
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	$(LL / AT) \times 100$	%	5,13	8,19
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimento	$[(PC + ELP - ADC) / AT] \times 100$	%	61,94	62,91
Recursos Próprios no Investimento	$[(PL + REF - ADC) / AT] \times 100$	%	38,06	37,09
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	$(AP / AT) \times 100$	%	39,38	40,62
Capital de Risco Aplicado	$[(AC + RLP) / AT] \times 100$	%	100,00	100,00
6. Garantias				
Reais s/ Capital	$(IM / CS) \times 100$	%	80,88	72,36
Totais s/ Capital	$(AP / CS) \times 100$	%	269,18	251,59
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	$(AC - PC) / 1.000$	R\$	0,37	0,51

Valores Expresso em Reais Mil

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

32 Créditos Fiscais

Período Aquisição	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Exercício de 2016	IRFF a recuperar	3,84	0,00	3,84
Exercício de 2016	ICMS a recuperar de AIS	7,46	25,43	32,89
Total Geral				36,73

A CERCOS possui Créditos Fiscais conforme demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

33 Informações de Natureza Social e Ambiental

A CERCOS, periodicamente efetua o serviço de "Poda de Árvores" nas redes aéreas de distribuição.

O serviço é executado dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em curso.

34 Energia Livre

A CERCOS, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na Legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a ENERGISA S.A., conforme instruções do Órgão Regulador.

35 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

A CERCOS não possui tributação e nem recolhimento do ICMS sobre a citada subvenção.

36 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Esta Permissionária teve seu segundo reajuste tarifário no mês de Abril de 2011, e, para 2012, permaneceram as mesmas tarifas desse reajuste, conforme determinação da ANEEL, não existindo, portanto, deferimento de tarifa.

37 Revisão Tarifária Periódica – Fato relevante.

Nosso ciclo tarifário da Primeira Revisão Tarifária das Permissionárias de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica encerrou-se no mês de abril/2016. Contudo, conforme indefinição das regras regulatórias nesta data, nossa tarifa do ciclo 2015/2016 foi prorrogada para o ciclo 2016/2017, conforme Resolução Homologória No. 2068/2016/ANEEL. Nossa RTP 2016 deverá ocorrer em abril/2017 com efeitos retroativos.

38 Ganhos Contingentes

A CERCOS não possui neste exercício Ganhos Contingentes e nem em exercício anterior.

39 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1324, de 14/08/2012, se atualizados pelo IPCA, Líquido do Fator “X”, nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Componentes do Investimento Remunerável	R\$ mil				OBS: Manteve Reajuste 04/15
	Revisão 04/12	REAJUSTE 04/13	REAJUSTE 04/14	REAJUSTE 04/15	REAJUSTE 04/16
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	5.127,20	5.395,87	5.727,71	6.242,06	6.242,06
b) (-) Depreciação Acumulada	-2.001,77	-2.106,66	-2.236,22	-2.437,04	-2.437,04
c) (-) Obrigações Vinculadas ao SPEE	112,17	-118,04	-125,31	-136,56	-136,56
d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	3.013,26	3.171,17	3.366,18	3.668,46	3.668,46
e) (+) Almoxarifado	15,38	16,19	17,18	18,72	18,72
f) = Investimento Remunerável (B.Remuneração)	3.028,64	3.187,36	3.383,36	3.687,18	3.687,18
g) (+) Investimento previsto no Xe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
h) = Investimento total Remunerável na tarifa	3.028,64	3.187,36	3.383,36	3.687,18	3.687,18
i) Bens 100% depreciados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Variação do IPCA-Fator X		5,24%	6,15%	8,98%	8,98%
k) Cota de Depreciação – Taxa média Anual 4,00%					

OBS: Devido a postergação da Revisão Tarifária para o exercício de 2017, manteve o mesmo investimento remunerável para o reajuste 04/2016.

40. Reajuste Tarifário

Em virtude da não conclusão das normas e, conseqüente não realização de nossa Segunda Revisão Tarifária Periódica no exercício de 2016, nossa tarifa permaneceu congelada aos valores da tarifa 2015/2016. Durante o exercício de 2017 será realizada a Segunda Revisão Tarifária da CERCOS com efeitos retroativos à 2016, e, passo contínuo, o Reajuste Tarifário para o ciclo tarifário de 2017/2018.

41 Fusões, Cisões e Incorporações

Não ocorreram processos de Fusões, Cisões e Incorporações no exercício de 2016 e anteriores.

42 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativo

No exercício de 2015 e 2016 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERCOS vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. A ANEEL, no exercício de 2012, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória. A CERCOS realizou esse processo em 2014.

43 Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 459,72 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2016, foram utilizados as seguintes contas:

	2016	2015
Lucro/Prejuízo Líquido	204,43	286,79
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	97,67	104,21
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	97,67	8,73
Depreciação e Amortização	135,37	117,34
	459,72	517,07

44 Balanço Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2016

Descri�o	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		1.612,85	-	1.612,85	-	1.612,85
Caixa e equivalentes de caixa		131,80	-	131,80	-	131,80
Consumidores		853,75	-	853,75	-	853,75
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		11,30	-	11,30	-	11,30
Depósitos judiciais e cau�es		-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		33,99	-	33,99	-	33,99
Investimentos temporários		159,36	-	159,36	-	159,36
Empréstimos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		138,02	-	138,02	-	138,02
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-
Ativos de opera�o descontinuada e bens destinados � aliena�o		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		284,63	-	284,63	-	284,63
Ativo não circulante		4.034,00	(1.662,86)	2.371,14	-	2.371,14
Consumidores		-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		25,43	-	25,43	-	25,43
Depósitos judiciais e cau�es		-	-	-	-	-
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		185,85	590,91	776,76	(590,91)	185,85

Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Imobilizado	3.819,88	(3.348,47)	471,41	1.685,61	2.157,02
Intangível	2,84	1.094,70	1.097,54	(1.094,70)	2,84
Total do ativo	5.646,85	(1.662,86)	3.983,99	-	3.983,99

Passivo					
Passivo circulante	1.246,80	-	1.246,80	-	1.246,80
Fornecedores	204,09	-	204,09	-	204,09
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	181,53	-	181,53	-	181,53
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	355,92	-	355,92	-	355,92
Provisão para litígios	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	70,12	-	70,12	-	70,12
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	275,11	-	275,11	-	275,11
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	160,03	-	160,03	-	160,03
Passivo não circulante	1.220,74	-	1.220,74	-	1.220,74
Fornecedores	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	915,90	-	915,90	-	915,90
Provisão para litígios	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	304,84	-	304,84	-	304,84
Total do passivo	2.467,54	-	2.467,54	-	2.467,54

Patrimônio líquido						
Capital social		582,87	-	582,87	-	582,87
Reservas de capital		(133,44)	(217,08)	(350,52)	427,38	76,86
Outros resultados abrangentes		1.662,86	(1.662,86)	-	-	-
Reservas de lucros		76,86	(76,86)	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(188,06)		(188,06)	-	(188,06)
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-
Reserva de sobras		657,90	-	657,90	-	657,90
Sobras à disposição da Assembleia		520,32	293,94	814,26	(427,38)	386,88
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		3.179,31	(1.662,86)	1.516,45	-	1.516,45
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.646,85	(1.662,86)	3.983,99	-	3.983,99

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2016

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		4.271,42	-	4.271,42	-	4.271,42
Fornecimento de energia elétrica		669,30	-	669,30	-	669,30
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		2.946,21	-	2.946,21	-	2.946,21
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(0,81)	-	(0,81)	-	(0,81)
Serviços cobráveis		2,70	-	2,70	-	2,70
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		654,02	-	654,02	-	654,02
Outras receitas vinculadas		-	-	-	-	-
Tributos		(144,04)	-	(144,04)	-	(144,04)
ICMS		(107,85)	-	(107,85)	-	(107,85)
PIS-PASEP		(6,44)	-	(6,44)	-	(6,44)
Cofins		(29,72)	-	(29,72)	-	(29,72)
ISS		(0,03)	-	(0,03)	-	(0,03)
Encargos - Parcela "A"		(216,84)	-	(216,84)	-	(216,84)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(14,44)	-	(14,44)	-	(14,44)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(81,02)	-	(81,02)	-	(81,02)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(13,35)	-	(13,35)	-	(13,35)

Taxa de fiscalização	(9,30)	-	(9,30)	-	(9,30)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-
Outros encargos	(98,73)	-	(98,73)	-	(98,73)
Receita líquida / Ingresso líquido	3.910,54	-	3.910,54	-	3.910,54
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(1.005,46)	-	(1.005,46)	-	(1.005,46)
Energia elétrica comprada para revenda	(946,68)	-	(946,68)	-	(946,68)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra	(58,78)	-	(58,78)	-	(58,78)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.905,08	-	2.905,08	-	2.905,08
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(2.791,85)	133,45	(2.658,40)	22,38	(2.636,02)
Pessoal e administradores (inclui 236,47 de remuneração a administradores)	(1.745,81)	-	(1.745,81)	-	(1.745,81)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-
Material	(159,43)	-	(159,43)	-	(159,43)
Serviços de terceiros	(351,64)	-	(351,64)	-	(351,64)
Arrendamento e aluguéis	-	-	-	-	-
Seguros	(13,41)	-	(13,41)	-	(13,41)
Doações, contribuições e subvenções	(5,49)	-	(5,49)	-	(5,49)
Provisões	(10,33)	-	(10,33)	9,44	(0,89)
Recuperação de despesas	16,99	-	16,99	-	16,99
Tributos	(17,69)	-	(17,69)	-	(17,69)
Depreciação e amortização	(268,81)	133,45	(135,36)	-	(135,36)
Gastos diversos da atividade vinculada	(102,69)	7,85	(94,84)	(5,92)	(100,76)
Outras Receitas Operacionais	87,95	(7,85)	80,10	7,85	87,95
Outras Gastos Operacionais	(221,49)	-	(221,49)	11,01	(210,48)
Resultado da Atividade	113,23	133,45	246,68	22,38	269,06
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	(20,00)	-	(20,00)	57,02	37,02
Despesas financeiras	(133,17)	-	(133,17)	57,02	(76,15)
Receitas financeiras	113,17	-	113,17	-	113,17
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	93,23	133,45	226,68	79,40	306,08
Despesa com impostos sobre os lucros	(22,25)	-	(22,25)	-	(22,25)
Resultado líquido das operações em continuidade	70,98	133,45	204,43	79,40	283,83
Operações descontinuadas					

Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	70,98	133,45	204,43	79,40	283,83
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-
Lucro por ação	0,12	0,23	0,35	0,14	0,49
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,12	0,23	0,35	0,14	0,49
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade					
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2016

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	565,13	(46,95)	-	-	(188,06)	606,28	361,88	-	1.298,28
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	17,74	-	-	-	-	-	-	-	17,74
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	54,42	-	150,00	-	204,42
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária									-
Reserva legal	-	-	-	-	-	59,52	(59,52)	-	-
FATES	-	-	-	-	(54,42)	(37,66)	88,09	-	(3,99)
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Reservas de Capital	-	123,81	-	-	-	-	(123,81)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	29,76	(29,76)	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatória Compulsória de Imobilizado - VNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	582,87	76,86	-	-	(188,06)	657,90	386,88	-	1.516,45

45 Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras e reembolsadas pela Eletrobrás

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CERCOS realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2016, o saldo de 146,34 R\$/MIL

SALDO 2015 REALIZADO RECEBIDO A RECEBER

SUBVENCAO DA TARIFA CONS.BAIXA RENDA-DMR	39,02	222,71	-223,85	37,88
SUBVENÇÃO CDE – Descontos Regulatórios	77,20	431,31	-409,15	99,36
SUBVENÇÃO CDE – Redução Equilibrada	9,10	109,24	-109,24	9,10
				146,34

46 Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

Obrigações Especiais Controladas por data de aquisição (formação):

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios	(30,72)	-	(30,72)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(30,72)	-	(30,72)
Participação Financeira do Consumidor	(120,39)	14,79	(105,60)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(120,39)	14,79	(105,60)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido			
Programa de Eficiência Energética - PEE	(10,16)	0,67	(9,49)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(10,16)	0,67	(9,49)
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-

Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	-	-	-
Universalização Serv. Públ. de Energia Elétrica	(160,88)	28,87	(132,01)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(160,88)	28,87	(132,01)
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	-	-	-
Data de aquisição:	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-
Data de aquisição:	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(322,15)	44,33	(277,82)

47 **Formatação Básica das Notas Explicativas**

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo a Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2017 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

AROLDO COSTA MONTEIRO

Diretor Presidente

EDVÂNIO DE JESUS NASCIMENTO

Secretário

TEREZINHA COSTA DE LISBOA E SILVA

Técnica contábil

CRC – SE 4010

7 Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2016

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda. - CERCOS, reunidos no dia 03 de Março de 2017, na sala contábil da CERCOS, situada na Colônia Treze, no município de Lagarto e estado de Sergipe, após ter examinado minuciosamente todas as atividades da Cooperativa durante o exercício de 2016, deixando registrado em Ata deste Conselho as ocorrências, as quais se encontram à disposição da Assembléia Geral e analisando o Balanço Geral, Demonstrativo de Sobras e Perdas e Relatório da Administração referente ao exercício de 2016 através dos quais fica constatado que são verdadeiros todos os documentos que deram origem ao referido resultado e são, portanto, de parecer favorável à sua aprovação e o recomendam à Assembléia.

Colônia Treze/Lagarto/SE, 03 de março de 2017.

Neilton Pereira Santos

Coordenador.

José Edson Batista dos Santos

Secretário

Dogival Calasans Martins

Conselheiro

8 Parecer dos Auditores Independentes

AUDICONSULT AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA – CERCOS.

Lagarto – SE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA – CERCOS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA – CERCOS**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA – CERCOS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA – CERCOS**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA – CERCOS**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 27 de abril de 2017.

Hermenegildo João Vanoni

AUDICONSULT Auditores S/S

II. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessário na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativista vigente.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA – CERCOS**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente.

Hermenegildo João Vanoni

Contador – CRC-SC 14.874/O-7“S”SE

AUDICONSULT Auditores S/S

Registro: CRC-SC 4.012“S”SE

Rua Vereador Mário Coelho Pires, n.º 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 – e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

9 Relatório da Administração Regulatório

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Acionistas/Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2016, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERCOS - Cooperativa e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda. para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta do Presidente

Trazemos à presença dos senhores nossa prestação de contas referente ao ano de 2016, sob a proteção e a graça de Deus findamos este Exercício Social.

Tivemos um ano dentro da normalidade no qual realizamos projetos de grande relevância para o bom andamento da nossa Cooperativa. Nesse relatório apresentamos todas as nossas demonstrações contábeis elaboradas conforme o que determina a legislação regulatória e societária vigentes no país. Apresentamos também as Demonstrações contábeis de Resultado, conforme o que determina o manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, das quais estão em conformidade com todos os princípios fundamentais de contabilidade estabelecidas para todas as empresas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de Energia Elétrica.

Objetivando manter a qualidade e a confiabilidade no tratamento dos nossos dados, enfatizando a transparência, principalmente no que diz respeito às informações pessoais dos nossos consumidores e associados, continuamos investindo em 2016 em vários setores.

Demos relevância aos processos de informatização. Este investimento foi fundamental para a conquista em 2016 do Certificado de Qualidade ISO 9001 e gerenciamento de qualidade. Melhoramos também nossos equipamentos de informática. Podemos citar ainda a aquisição de 06 (seis) linhas telefônicas móveis, investimento importantíssimo para um suporte técnico e atendimento eficiente.

Dentro dos objetivos da Cooperativa de renovar a nossa frota, adquirimos um veículo novo em substituição ao saveiro danificado como também motocicletas para melhor atender o nosso cooperado.

Nosso maior investimento continua direcionado para a melhoria de nossas redes elétricas, dada a importância crucial de executarmos várias obras para garantir ao nosso consumidor/cooperado uma energia segura e de qualidade.

Imbuídos do pensamento de qualidade no atendimento aos consumidores, implementamos climatização do ambiente do escritório, bem como incentivo à participação do pessoal em cursos e treinamentos.

É importante frisar também a melhoria do nosso ambiente de trabalho para os funcionários, onde criamos sala climatizada com armários. Outro ponto crucial diz respeito ao nosso investimento em equipamentos de segurança para a execução das atividades de risco, preocupação constante de nossa gestão.

No tocante aos processos da Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe, continuamos com o pagamento do parcelamento, e, ao mesmo tempo, discutindo os mesmos judicialmente, na esperança de alcançarmos êxito num futuro próximo.

É com a idéia de crescimento que pretendemos continuar em 2017 nos esforçando para prestar um serviço de qualidade com agilidade e confiabilidade.

Cenário

CERCOS - Cooperativa e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda. atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais 40 anos de existência.

Em 2016, apesar do mau desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor Serviços Públicos com um incremento de 135,79% com relação à 2015. O consumo do setor Iluminação Pública também foi representativo, atingindo o patamar de 1,64GWh (1,50GWh em 2015). Somada, a demanda dos dois setores representa 24,41% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2016 (20,23% em 2015).

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Outorgada para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio das seguintes premiações que a Companhia recebeu: Premio IASC 2015 – Índice ANEEL Satisfação do Consumidor.

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica

Distribuição

A Outorgada distribui energia elétrica em 01 dos 75 municípios do Estado, o que representa 1% dos consumidores do Estado do Sergipe. A empresa não atende consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 237 novas ligações com destaque 158 residenciais, 26 comerciais, 59 rurais, e nenhuma industriais e 3 serviços públicos, totalizando 5.329 consumidores atendidos pela Outorgada, número 4,65% superior ao de 2015.

Consumidores	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	2.182	2.442	2.684	2.820	2.978
Comercial	170	181	176	160	186
Industrial	14	8	8	7	7
Rural	2.131	2.080	2.062	2.000	2.059
Poderes Públicos	42	37	38	36	27
Iluminação Pública	57	58	57	57	57
Serviço Público	13	10	13	12	15
Total	4.609	4.816	5.038	5.092	5.329
Variação	5,52%	4,49%	4,61%	1,07%	4,65%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de 9,75 GWh (8,95 GWh em 2015).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Iluminação Pública e Residencial, com aumentos de 9,30% e 9,15% respectivamente.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

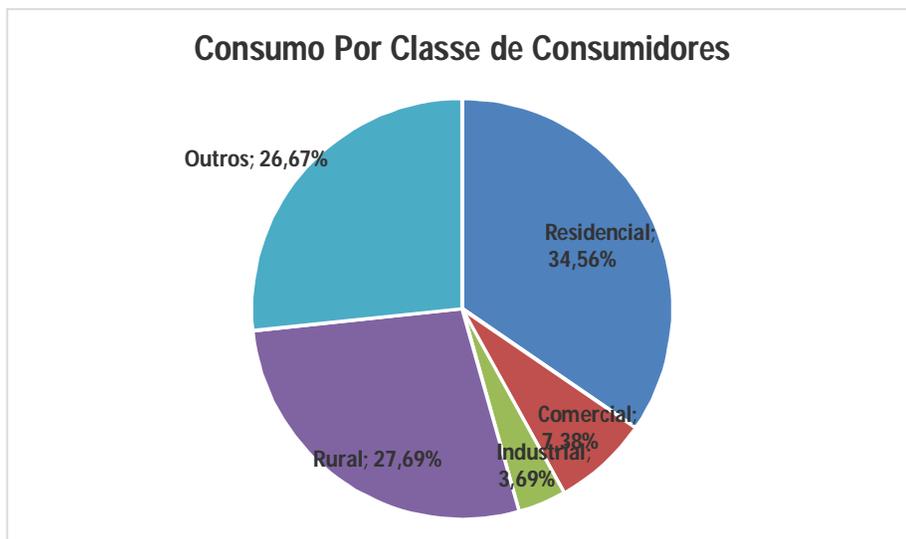
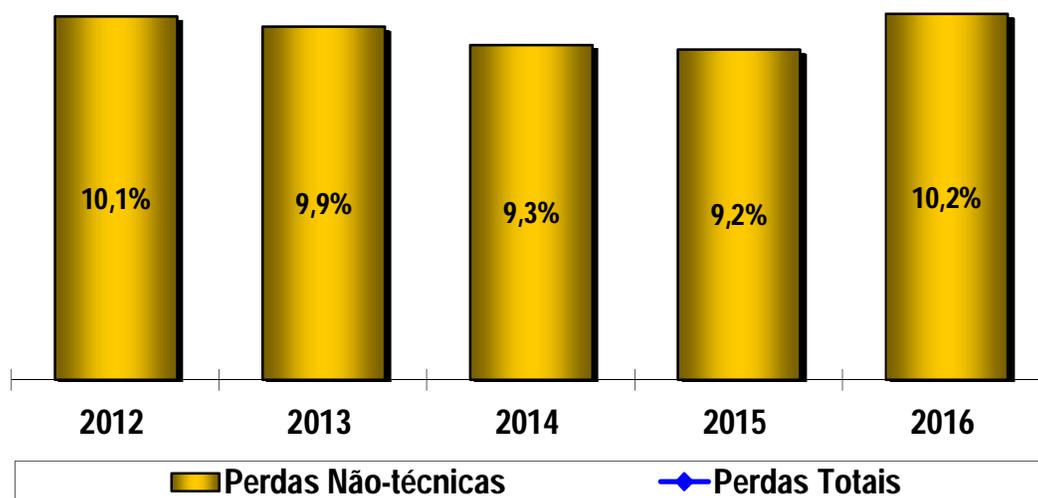
Mercado Atendido - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Energia Faturada	7,31	7,79	8,43	8,95	9,75
Fornecimento	7,31	7,79	8,43	8,95	9,75
Residencial	2,06	2,46	2,93	3,09	3,37
Comercial	0,65	0,75	0,78	0,76	0,72
Industrial	0,44	0,40	0,45	0,42	0,36
Rural	2,42	2,47	2,57	2,64	2,70
Poderes Públicos	0,16	0,16	0,17	0,23	0,22
Iluminação Pública	1,18	1,23	1,26	1,50	1,64
Serviço Público	0,40	0,32	0,27	0,31	0,74
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-

Uso da Rede de Dsitribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	7,31	7,79	8,43	8,95	9,75
Variação	11,60%	6,57%	8,22%	6,15%	8,95%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução negativa de 9,80% em 2015 para 2016.

Balço Energético

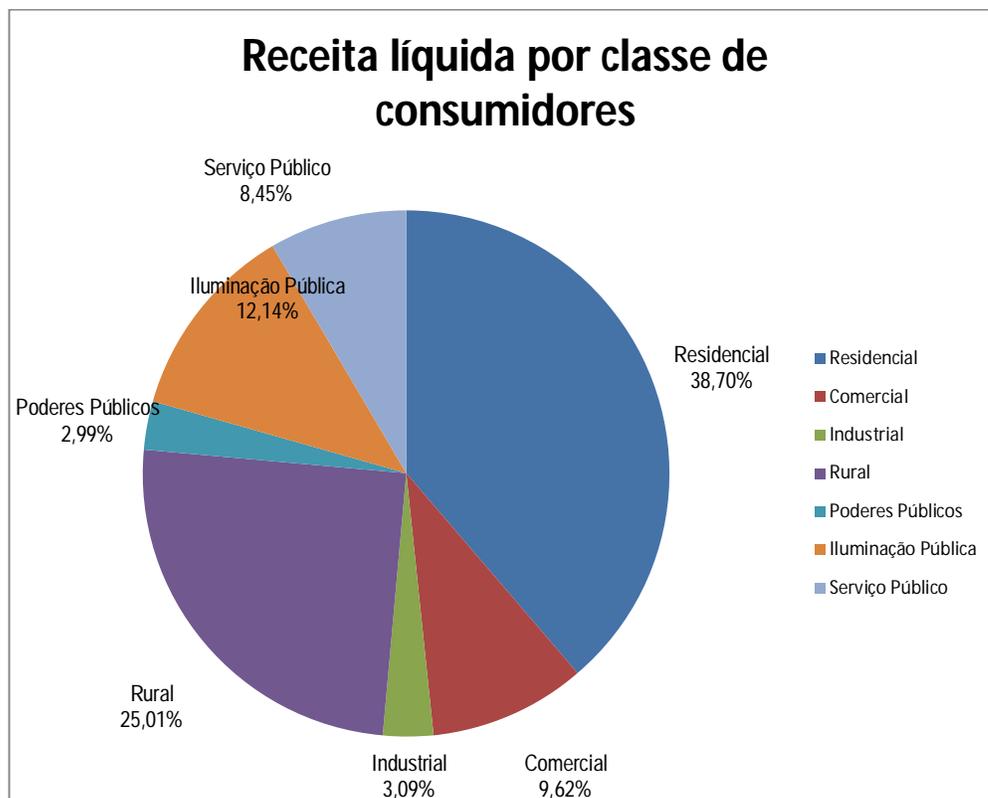
Energia Requerida - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de Energia	7,31	7,79	8,43	8,95	9,75
- Fornecimento	7,31	7,79	8,43	8,95	9,75
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	7,31	7,79	8,43	8,95	9,75
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	12	12	12	12	13
Perdas Técnicas	10,22	10,19	10,17	10,21	10,36
Perdas não Técnicas - PNT	1,98	1,97	1,92	1,95	2,29
PNT / Energia Requerida %	10,1%	9,9%	9,3%	9,2%	10,2%
Perdas Totais - PT	12,20	12,16	12,09	12,16	12,65
PT / Energia Requerida %	62,5%	61,0%	58,9%	57,6%	56,5%
Total	19,51	19,95	20,52	21,11	22,40



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 3.385,42 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil			
Classe	2016	2015	%
Residencial	1.310,16	1.114,80	17,52%
Comercial	325,59	330,79	-1,57%
Industrial	104,72	110,79	-5,48%
Rural	846,76	772,22	9,65%
Outros	798,19	572,95	163,20%
Poderes Públicos	101,20	97,78	3,50%
Iluminação Pública	410,93	358,44	14,64%

Serviço Público	286,06	116,73	145,06%
Total	3.385,42	2.901,55	16,68%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2016 apresentou um crescimento de 4,65 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2016	2015	Var %
Residencial	2.978	2.820	5,60%
Comercial	186	160	16,25%
Industrial	7	7	0,00%
Rural	2.059	2.000	2,95%
Outros	99	105	-5,71%
Poderes Públicos	27	36	-25,00%
Iluminação Pública	57	57	0,00%
Serviço Público	15	12	25,00%
Total	5.329	5.092	4,65%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2016 continuou igual a 2015 (374,32/MWh - Resolução ANEEL nº 1.883 de 22 de abril de 2015), tarifa que foi prorrogada através da Resolução Homologatória 2.068 de 26 de abril de 2016.

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,157	0,269	0,404	0,449

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	454,81
Comercial	454,81
Industrial	424,18
Rural	313,82

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2012	14,55	12,29	0,00
2013	24,71	18,21	0,00
2014	3,35	5,01	0,00
2015	9,83	7,06	0,00
2016	21,31	9,59	0,00

OBS: Até o exercício de 2016 não houveram medições de tempo de espera de DEC e FEC.

Atendimento ao consumidor - Dando sequência ao intenso processo de melhoria e modernização dos processos relacionados ao atendimento ao consumidor, a CERCOS possui o SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor, que poderá realizar reclamações, críticas, elogios etc, através de nosso sistema telefônico de tarifação reversa (0800), o que logicamente diminui os custos do cooperado/consumidor e aproxima a comunidade de nossa organização.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de

computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2015, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: implementação de aplicações no Sistema de Faturamento iniciado em 2014, atualização e modificação do nosso Sistema de Ordem de Serviço; interligação dos dois sistemas unificando-os, transformando assim no sistema Geral de Informações CERCOS; implantação dos sistemas imobilizado (patrimônio) e ordens em curso e interligação com o sistema de almoxarifado.

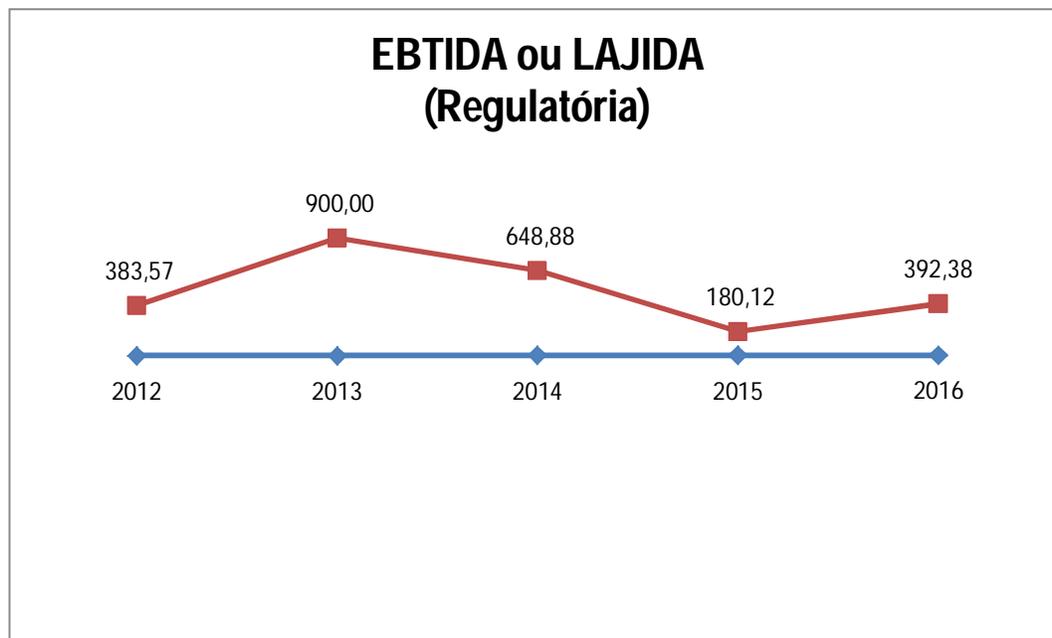
Em 2016, foram implementados no sistema geral de informações, módulos para atender as exigências da ISO 9001, transformando-o em um sistema mais confiável e transparente, capaz de rastrear qualquer acesso tanto interno quanto externo, criando relatórios diários. Também foi implementado no sistema o módulo associado, onde este fornece todas as informações relacionadas ao sócio-consumido. Para um melhor suporte aos sistemas foi adquirido 06 (seis) linhas móveis para comunicação entre equipe interna e externa, o que possibilitou melhoria do tempo para coletar informações e atender ao consumidor. Foi também concentrados esforços para melhorar os equipamentos de informática, através de aquisição de novos e manutenção preventiva.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2016, as sobras líquidas foram de R\$ 70,98 mil, contra R\$ (277,79) mil em 2015, um aumento de 391,36%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 3.910,54 mil, enquanto em 2015 situou-se em R\$ 3.060,82 mil. Esse aumento de 27,76 % resulta da evolução nas vendas para consumidores finais em 12,24% em relação ao ano anterior combinado com os efeitos do reajuste médio tarifário que em 2016 permaneceu congelado no aguardo da RTP que será em 04/2017.

As despesas operacionais totalizaram em 2016 R\$ 3.663,78 mil, 21,56% superiores em relação à 2015, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram uma diminuição de (42,04%) no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 2,23% contra (8,75)% em 2015.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 392,38 mil, superior em 117,84% a 2015, que foi de R\$ 180,12 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2016, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 100,60 mil, 127,26% inferiores em relação à 2015, dos quais R\$ 228,63 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2016				
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
AIS Bruto ¹	198,30	228,63	100,60	127,07	58,00	58,00	58,00	58,00
Transformador de Distribuição	38,92	44,71	42,92	69,07	-	-	-	-
Medidor	39,85	53,34	57,68	58,00	58,00	58,00	58,00	58,00
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	119,54	130,58	-	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-

Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

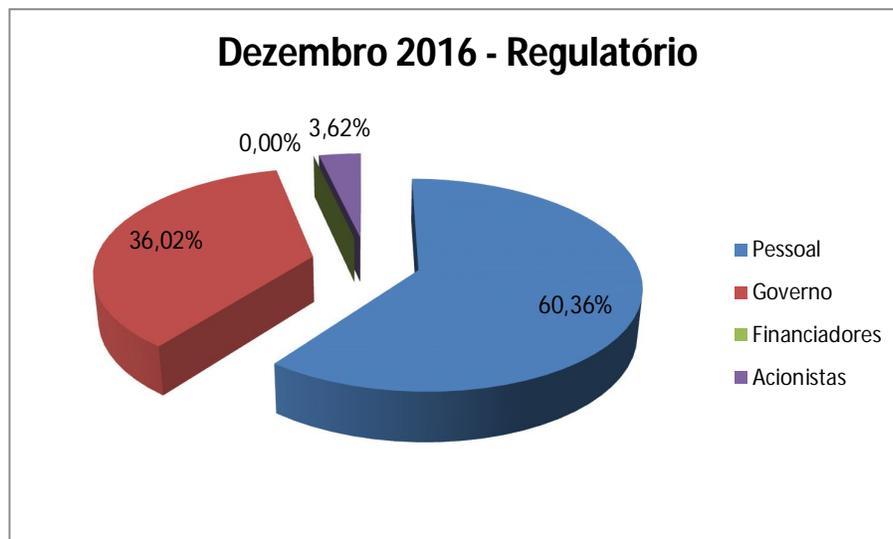
Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

R\$ Mil	2016R	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
Plano de Investimentos 2016	101	127	58	58	58	58

R\$ Mil	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
Plano de Investimentos 2015	165	163	84	166	126	61
Diferença	-39,0%	-22,0%	-31,0%	-65,1%	-54,0%	-4,9%

As diferenças anuais entre o custo real e previsto do PDD foram devido ao orçamento ter sido feito com os valores do preço de mercado e a execução ter obedecido ao preço médio do almoxarifado. Também alterações nas previsões para anos futuros sofreram alterações devido a novos estudos de investimentos.

Valor adicionado regulatório: Em 2016, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 1.983,46 mil, representando 46,44% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% de FATES.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 582,87mil, composto por 582.866 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a associados: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Gestão

Administração: Durante o ano de 2016 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os

agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Em 2016, as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, implantação do manual da qualidade, preparação para certificações de qualidade de gestão.

Recursos humanos: Em 2016 implantou-se e executaram-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já inicialmente apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2016	2015	%
Atendimento			
Número de consumidores	5.329	5.092	4,65%
Número de empregados	38	36	5,56%
Número de consumidores por empregado	140	141	-0,71%
Número de localidades atendidas	16	16	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%

Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	2	2	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	61,01	61,01	0,00%
Geração própria (GWh)	0		0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	1,99	2	4,74%
Distribuição direta (GWh)	0	0	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	94,32	99,05	-4,78%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	395,12	378,17	4,48%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	454,81	434,41	4,70%
Comercial	454,81	433,27	4,97%
Industrial	424,18	433,28	-2,10%
Rural	313,82	294,51	6,56%
Suprimento	0,00	0,00	0,00%
DEC (horas)	21,31	9,83	116,79%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	0,00	0,00	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	23,3	23,3	0,00%
FEC (número de interrupções)	9,59	7,06	35,84%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	112,62	119,64	-5,87%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0,00	0,00	0,00%
Número de subestações	0,00	0,00	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0,00	0,00	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	225,07	102,59	119,39%
Capacidade instalada (MW)	6,67	6,27	6,38%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	4.271,42	3.515,86	21,49%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	3.910,54	3.060,82	27,76%
Margem operacional do serviço líquida (%)	9,23%	14,87%	-37,93%
EBITDA OU LAJIDA	392,38	180,12	117,84%
Lucro líquido (R\$ mil)	70,98	-277,79	-125,55%
Lucro líquido por mil cotas	70,98	-277,79	-125,55%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	3.179,31	3.172,75	0,21%
Valor patrimonial por cota R\$	3.179,31	3.172,75	0,21%

Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,02	-0,09	-125,50%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,78	0,69	11,83%
Em moeda nacional (%)	0,78	0,69	11,83%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionários	1,99	1,49	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	237,88	282,33	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	1,7	2	0,00%
Retorno de ativos por unidade	0,03	0,02	0,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Outorgada. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Outorgada.

Colônia Treze, Lagarto (SE), 30/04/2017.

A Administração

10 Balanço Patrimonial Regulatório

COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA

CNPJ 13.107.842/0001 - 99

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2016	2015
Ativos		
Ativo Circulante	1.612,85	1.468,54
Caixa e equivalentes de caixa	131,80	259,63
Consumidores	853,75	821,13
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	11,30	2,42
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	33,99	27,39
Investimentos temporários	159,36	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	138,02	108,23
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	284,63	249,74
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	4.034,00	3.906,07
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	25,43	-
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	-	-

Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	185,85	186,40
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	3.819,88	3.715,83
Intangível	2,84	3,84

Total do ativo	5.646,85	5.374,61
-----------------------	-----------------	-----------------

Passivo

Passivo Circulante	1.246,80	962,88
Fornecedores	204,09	161,25
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	181,53	157,20
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	355,92	265,95
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	70,12	161,45
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	275,11	79,38
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	160,03	137,65
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	1.220,74	1.238,98
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	915,90	937,94
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-

Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	304,84	301,04

Total do passivo	2.467,54	2.201,86
-------------------------	-----------------	-----------------

Patrimônio líquido	3.179,31	3.172,75
Capital social	582,87	565,13
Reservas de capital	(133,44)	(261,20)
Outros resultados abrangentes	1.662,86	1.874,47
Reservas de lucros	76,86	76,86
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	(188,06)	(188,06)
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	657,90	606,28
Sobras à disposição da Assembleia	520,32	499,27
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	3.179,31	3.172,75
------------------------------------	-----------------	-----------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	5.646,85	5.374,61
---	-----------------	-----------------

11 Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória

COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA

CNPJ 13.107.842/0001 - 99

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2016	2015
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	4.271,42	3.515,87
Fornecimento de energia elétrica	669,30	703,18
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	2.946,21	2.543,72
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(0,81)	(327,70)
Serviços cobráveis	2,70	4,34
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	654,02	592,33
Outras receitas	-	-
Tributos	(144,04)	(147,02)
ICMS	(107,85)	(107,37)
PIS-PASEP	(6,44)	(6,87)
Cofins	(29,72)	(32,62)
ISS	(0,03)	(0,16)
Encargos - Parcela "A"	(216,84)	(308,03)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(14,44)	(17,99)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(13,35)	(18,00)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(81,02)	(77,64)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(9,30)	(8,31)
Outros encargos	(98,73)	(186,09)

Receita líquida / Ingresso líquido	3.910,54	3.060,82
---	-----------------	-----------------

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(1.005,46)	(962,44)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.005,46)	(962,44)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.905,08	2.098,38
--	-----------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(2.791,85)	(2.033,92)
Pessoal e administradores	(1.745,81)	(1.347,38)
Material	(159,43)	(150,13)
Serviços de terceiros	(351,64)	(375,71)
Arrendamento e aluguéis	-	-
Seguros	(13,41)	(9,00)
Doações, contribuições e subvenções	(5,49)	(4,76)
Provisões	(10,33)	139,07
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	16,99	18,13
Tributos	(17,69)	(10,99)
Depreciação e amortização	(268,81)	(254,73)
Gastos diversos	(102,69)	(55,95)
Outras Receitas Operacionais	87,95	51,93
Outras Despesas Operacionais	(221,49)	(34,40)

Resultado da Atividade	113,23	64,46
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	(20,00)	(342,25)
Despesas financeiras	(133,17)	(529,84)
Receitas financeiras	113,17	187,59
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	93,23	(277,79)
Despesa com impostos sobre os lucros	(22,25)	(8,73)
Resultado líquido das operações em continuidade	70,98	(286,52)
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	0,12	(0,51)
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,12	(0,51)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de
2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2016	2015
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

12 Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Regulatória

COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA

CNPJ 13.107.842/0001 - 99

Demonstra o das muta es do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstr o das Muta es do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposi�o da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	541,50	312,11	2.059,12	616,96	49,58	-	-	-	3.579,27
Remunera�o das imobiliza�es em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	26,03	-	-	-	-	-	-	-	26,03
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destina�es	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	(397,47)	-	-	(199,32)	-	617,98	-	21,19
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	295,52	-	295,52
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	(2,40)	(175,85)	(184,65)	76,86	-	-	(289,99)	-	(576,03)
Destina�o proposta � A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	(51,94)	(38,32)	76,80	(24,86)	-	(38,32)

FATES	-	-	-	(275,53)	-	243,52	(12,42)	-	(44,43)
Reservas de Lucros	-	-	-	(90,49)	-	-	-	-	(90,49)
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	(199,00)	-	285,96	(86,96)	-	(0,00)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	565,13	(261,21)	1.874,47	76,86	(188,06)	606,28	499,27	-	3.172,74
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	17,74	-	-	-	-	-	-	-	17,74
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	3,95	(211,61)	-	-	-	(3,95)	-	(211,61)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	54,42	-	150,00	-	204,42
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	59,52	(59,52)	-	-
FATES	-	-	-	-	(54,42)	(37,66)	88,09	-	(3,99)
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	123,81	-	-	-	-	(123,81)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	29,76	(29,76)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	582,87	(133,45)	1.662,86	76,86	(188,06)	657,90	520,32	-	3.179,30

13 Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório

COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA
CNPJ 13.107.842/0001 - 99

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e
2015

(Valores expressos em milhares de reais)
(Método Direto)

	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	162,59	381,68
Fornecimento de Energia	4.046,88	3.297,35
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	696,01	802,59
Outros Recebimentos Operacionais	119,34	84,59
Fornecedores - Materiais e Serviços	(1.362,46)	(948,71)
Fornecedores - Energia Elétrica	(1.116,91)	(966,83)
Salários e Encargos Sociais	(1.106,32)	(838,29)
Tributos sobre a Receita - Federais	(741,35)	(598,64)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(112,69)	(150,24)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	-	-
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(106,09)	(114,26)
Outras Despesas Operacionais	(153,82)	(185,88)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(144,39)	(194,25)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(144,39)	(201,21)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	-	6,96
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	18,20	187,43
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(146,03)	(14,43)
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	-	(14,43)

Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	(146,03)	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(127,83)	173,00
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(127,83)	173,00
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(127,83)	173,00
No início do exercício	259,63	86,63
No fim do exercício	131,80	259,63

14 Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de

Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 3 a 65, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, (não houve no ano de 2015 Reavaliação, nossa última foi no ano de 2014). A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº15. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. Não houve no exercício de 2016 contabilização de reavaliação, nossa última reavaliação foi feita em 31 de janeiro de 2014, com base nas determinações da ANEEL.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

D E S C R I Ç Ã O	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2016	Total 2015
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	440,22	-	201,35	49,23	51,41	45,20	(57,45)	21,76	-	-	-	(3,99)	747,73	740,43
Residencial	129,08	-	77,07	5,76	6,52	21,57	(32,19)	8,27	-	-	-	(2,73)	213,35	190,25
Industrial	14,62	-	13,96	0,06	12,61	1,60	(1,60)	3,76	-	-	-	(0,18)	44,83	33,08
Comercial	32,89	-	26,75	2,88	2,29	6,43	(8,20)	6,39	-	-	-	(0,47)	68,96	51,04
Rural	81,74	-	46,27	3,01	4,03	13,71	(13,44)	3,34	-	-	-	(0,61)	138,05	132,10
Poderes Públicos	10,78	-	0,42	0,44	0,95	1,89	(1,77)	-	-	-	-	-	12,71	41,72
Iluminação Pública	36,34	-	36,88	37,08	25,01	-	-	-	-	-	-	-	135,31	159,45
Serviço Público	25,65	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25,65	16,27
Serviço Taxado	1,15	-	-	-	-	-	(0,25)	-	-	-	-	-	0,90	0,62
Fornecimento Não Faturado	107,97	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	107,97	115,90
(-) Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	440,22	-	201,35	49,23	51,41	45,20	(57,45)	21,76	-	-	-	(3,99)	747,73	740,43

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2016 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transfere ncia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	6.024,56	551,06	(163,07)	-	(178,27)	6.234,28	387,99	(2.723,72)	3.510,56	3.442,44	-	-	-	-
Terrenos	15,16				-	15,16	-	-	15,16	15,16	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	107,75				-	107,75	-	(22,84)	84,91	88,22	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5.611,74	472,74	(124,36)		(178,27)	5.781,85	348,38	(2.607,72)	3.174,13	3.124,72			-	-
Veículos	245,61	76,39	(38,71)		-	283,29	37,68	(69,81)	213,48	191,12	-	-	-	-
Móveis e utensílios	44,30	1,93			-	46,23	1,93	(23,35)	22,88	23,22	-	-	-	-
Administração	146,75	66,85	(3,13)	-	-	210,47	63,72	(75,48)	134,99	91,21	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	42,49	15,73		-	-	58,22	15,73	(22,17)	36,05	24,29	-	-	-	-
Veículos	65,66	48,25	-	-	-	113,91	48,25	(32,24)	81,67	47,40	-	-	-	-
Móveis e utensílios	38,60	2,87	(3,13)	-	-	38,34	(0,26)	(21,07)	17,27	19,52	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos		-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos		-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios		-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	6.171,31	617,91	(166,20)	-	(178,27)	6.444,75	451,71	(2.799,20)	3.645,55	3.533,65	-	-	-	-

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	182,19	543,21	-	(551,06)	-	174,34	(7,85)	-	174,34	182,19	-	-	-
Máquinas e equipamentos	17,88	505,42	-	(472,74)	-	50,56	32,68	-	50,56	17,88	-	-	-
Outros	164,31	37,79	-	(78,32)	-	123,78	(40,53)	-	123,78	164,31	-	-	-
Administração	-	66,86	-	(66,86)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	15,73	-	(15,73)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	51,13	-	(51,13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	182,19	610,07	-	(617,92)	-	174,34	(7,85)	-	174,34	182,19	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	6.353,50	1.227,98	(166,20)	(617,92)	(178,27)	6.619,09	443,86	(2.799,20)	3.819,89	3.715,84	-	-	-

A composição do intangível

é como segue :

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transfere ncia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições Liquidadas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	5,01	-	-	-	-	5,01	-	(2,17)	2,84	3,84
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	5,01	-	-	-	-	5,01	-	(2,17)	2,84	3,84
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Subtotal	5,01	-	-	-	-	5,01	-	(2,17)	2,84	3,84
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	5,01	-	-	-	-	5,01	-	(2,17)	2,84	3,84

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	5.611,74	472,74	(124,36)	-	(178,27)	5.781,85	348,38
Transformador de Distribuição	1.307,14	76,63	(22,66)	-	(38,39)	1.322,72	53,97
Medidor	564,91	58,92	(34,16)	-	(36,77)	552,90	24,76
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	3.739,69	337,20	(67,55)	-	(103,11)	3.906,22	269,65
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	-	-	-	-	-	-	-
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-	-	-	-
--------	---	---	---	---	---	---	---

	2016				2015
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Distribuição	48,62	6.234,27	(2.723,72)	3.510,55	3.442,43
Custo histórico	44,85	2.841,66	(993,97)	1.847,69	1.567,96
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	3,77	3.392,61	(1.729,75)	1.662,86	1.874,47
Administração	11,46	210,47	(75,48)	134,99	91,20
Custo histórico	11,46	210,47	(75,48)	134,99	91,20
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-

Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	174,34	-	174,34	182,19
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	174,34	-	174,34	182,19
Administração	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	418,00	0,40	65,20	-	-	4,87	488,47

Móveis e Utensílios	4,80	-	-	-	-	-	4,80
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	124,64	-	-	-	-	-	124,64
Total das Adições	547,44	0,40	65,20	-	-	4,87	617,91

Observação: Para Outorgadas que tenham contabilizado reavaliação de elementos de ativos imobilizados, deve ser incluído na Nota um texto sobre a reavaliação, informando todos os detalhes pertinentes.

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes

Taxas Anuais de Depreciação

Distribuição

Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67

Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Administração central	-
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
Obras do PDD 2015	106,31
Implantação da Resolução Normativa 674/2015	72,27
Projeto Pista do Pau Grande Baixa Tensão	69,83
Projeto Expansão Cova da Onça	10,47

Projeto Pista do Boquim	10,29
Projeto Ligação Nova José Gilsom	10,26
Melhoramento de Rede Povoado Juerana	8,09
Projeto Expansão Povoado Puerão	7,10
Medidores no mês de Agosto	6,94
Medidores no mês de Setembro	6,80

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
Implantação da Resolução Normativa 674/2015 - TI 96	28,62
Implantação da Resolução Normativa 674/2015	18,64
Remanejamento de Transformador Chave 5/5/126	2,92
Relógio de Ponto Queimado	2,15
Troca de Transformador na Pista 3	2,01
Ramais de Ligação Junho/2016	1,10
Remanejamento de Transformador Pista do Cemitério	0,91
Medidores Maio/2016	0,82
Medidores Levantados de casas desligadas no ano de 2015	0,76
Medidores Junho/2016	0,70

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERCOS não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2016.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo a tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL. Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Não tivemos diferimento de reajustes tarifários em nossa Permissionária nos exercícios de 2015 e 2016. Tivemos, porém, os efeitos da Bolha Financeira ocasionada pelo atraso da Revisão Tarifária Periódica de 2012, cuja publicação foi realizada em exercícios seguintes com efeitos retroativos.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	108,22	29,15	-	0,64	-	138,01	-	138,01	138,01	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	29,15	-	0,64	-	29,79	-	29,79	29,79	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	81,17	-	-	-	-	81,17	-	81,17	81,17	-
Outros	27,05	-	-	-	-	27,05	-	27,05	27,05	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	108,22	29,15	-	0,64	-	138,01	-	138,01	138,01	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	79,38	43,40	(0,61)	0,82	152,12	275,11	-	275,11	275,11	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	29,99	-	0,82	-	30,81	-	30,81	30,81	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	79,38	13,41	(0,61)	-	152,12	244,30	-	244,30	244,30	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	79,38	43,40	(0,61)	0,82	152,12	275,11	-	275,11	275,11	-

7. Empréstimos e Financiamentos

																Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spr ead % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequencia Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequencia de Amortização	Sistemática de Amortização	2017	2018	2019	2020	2021	2022+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	87,84	915,90	1.003,74					-							-	-	-	-	-	-	-
União	-	43,21	505,93	549,14					-							506,00	-	-	-	-	-	506,00
INSS PARCELADO DO REFIZ	-	40,05	505,93	545,98	Sim	26/11/2009	Outras	Diversos		26/01/2017	Mensal	26/01/2017		Mensal		506,00	-	-	-	-	-	506,00
INSS PARCELAMENTO ADMINISTRATIVO	-	3,16	-	3,16	Sim	10/05/2012	Outras	Diversos		29/01/2017	Mensal	29/01/2017		Mensal		-	-	-	-	-	-	-
Estado	-	44,63	409,97	454,60					-							410,00	-	-	-	-	-	410,00
ICMS PARCELAMENTO	-	44,63	409,97	454,60	Sim	21/12/2015	Outras	Diversos		09/01/2017	Mensal	09/01/2017	21/12/2025	Mensal		410,00	-	-	-	-	-	410,00
Estado 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-

Dividas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividas com Agentes do Setor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	87,84	915,90	1.003,74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	916,00	-	-	-	-	916,00
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	87,84	915,90	1.003,74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura
dos Ativos
Financeiros
– R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimple nte	Datas de captação repectuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spr ea d % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequen cia Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Freque ncia de Amorti zação	Sistem ática de Amortiz ação	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo							
																2017	2018	2019	2020	2021	2022+	Total	
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Aplicações Financeiras	-	291,16	-	291,16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	131,80	-	131,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	159,36	-	159,36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BANESE- APLICAÇÃO EM RDB	-	159,36	-	159,36	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição Contra parte	Data Inicio	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil Valor Contratado	Fair Value R\$Mil
Total Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2016	Total 2015
Dívida Bruta	-	87,84	915,90	1.003,74	1.031,12
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-
Tributária	-	87,84	915,90	1.003,74	1.031,12
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-

Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	(291,16)	-	(291,16)	(259,59)
Alta Liquidez	-	(131,80)	-	(131,80)	(259,59)
Demais Aplicações Financeiras	-	(159,36)	-	(159,36)	-
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	(203,32)	915,90	712,58	771,53

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CERCOS não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2015 e 2016.

9. Provisões para Litígios

A CERCOS não possui provisões para Litígios nos exercícios 2015 e 2016 conforme demonstrado abaixo:

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2015			-	-	-	-	-
Constituição	-	-	-	-	-	-	-
Baixas/reversão	-	-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	-	-	-	-	-	-	-

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação o Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	15,95%	(322,15)	-	-	(322,15)
Participação da União, Estados e Municípios		(30,72)	-	-	(30,72)
Participação Financeira do Consumidor	5,79%	(120,39)	-	-	(120,39)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	4,37%	(10,16)	-	-	(10,16)
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	5,79%	(160,88)	-	-	(160,88)
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00%	44,33	-	-	44,33

Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor		14,79	-	-	14,79
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		0,67	-	-	0,67
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		28,87	-	-	28,87
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	0,00%	(277,82)	-	-	(277,82)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transfêrencias (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Obrigações Especiais - R\$ Mil										
Em serviço	(319,41)	-	-	(2,74)	-	(322,15)	(2,74)	44,33	(277,82)	(289,01)
Participação da União, Estados e Municípios	(30,72)	-	-		-	(30,72)	-	-	(30,72)	(30,72)
Participação Financeira do Consumidor	(120,39)		-		-	(120,39)	-	14,79	(105,60)	(111,41)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Programa de Eficiência Energética - PEE	(7,42)	-	-	(2,74)	-	(10,16)	(2,74)	0,67	(9,49)	(7,12)
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	(160,88)	-	-	-	-	(160,88)	-	28,87	(132,01)	(139,76)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(319,41)	-	-	(2,74)	-	(322,15)	(2,74)	44,33	(277,82)	(289,01)

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transferecias (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Em Curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(12,03)	(14,99)	-	-	-	(27,02)	(14,99)	-	(27,02)	(12,03)
Ultrapassagem de demanda	(0,39)	(2,12)	-	-	-	(2,51)	(2,12)	-	(2,51)	(0,39)
Excedente de reativos	(11,64)	(12,87)	-	-	-	(24,51)	(12,87)	-	(24,51)	(11,64)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(12,03)	(14,99)	-	-	-	(27,02)	(14,99)	-	(27,02)	(12,03)

No exercício de 2016 não houveram adições e baixas em obrigações especiais.

Obrigações Especiais Controladas por data de aquisição:

	Valor Bruto em 31/12/2016	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016
Obrigações Especiais - R\$ Mil			
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios	(30,72)	-	(30,72)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(30,72)	-	(30,72)
Participação Financeira do Consumidor	(120,39)	14,79	(105,60)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(120,39)	14,79	(105,60)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido			
Programa de Eficiência Energética - PEE	(10,16)	0,67	(9,49)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(10,16)	0,67	(9,49)
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	(160,88)	28,87	(132,01)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(160,88)	28,87	(132,01)
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	-	-	-
Data de aquisição:	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-
Data de aquisição:	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(322,15)	44,33	(277,82)

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 representa R\$ 582,87 e sua composição por classe de

ações e principais acionistas é a seguinte:

Cotistas	Cotas	%
Jose Bispo da Hora	5,61	0,96

Sinval Costa Santos	4,75	0,81
Cooperativa Mista de Agricultura do TR	2,66	0,46
Luis Fernandes Neto	2,47	0,42
Joseval Santos Rodrigues	2,16	0,37
Joao Batista dos Santos	1,67	0,29
Gilberto Alves do Nascimento	1,55	0,27
Jose Enidio de Santana	1,39	0,24
Jose Oliveira Fontes Irmaos	1,37	0,23
Manoel Monteiro dos Santos	1,19	0,20
Erasmus Rosa Trindade	1,18	0,20
Postos Santa Luzia	1,48	0,25
Maria da Conceicao Goncalves Santana	1,03	0,18
Juncudino Rodrigues Filho	0,91	0,16
Lenice Maria de Jesus	0,88	0,15
Jose Raimundo dos Santos	0,88	0,15
Benicio Monteiro da Cruz	0,85	0,15
Demais Cooperados (n° 5.577)	550,85	94,51
TOTAL	582,87	100,00

Reservas de Capital

	2016	2015
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	-133,45	-261,21
Total	(133,45)	(261,21)

Reservas de lucros

	2016	2015
Reserva legal	-	-
FATES	-	-
Reservas para Contingências	-	-
Reserva para investimentos	-	-
Outros	76,86	76,86
Total	76,86	76,86

Reservas de Sobras

	2016	2015
Reserva legal	136,31	76,79
Lucros a realizar	-	-
FATES	205,86	243,52
Reservas Estatutárias	315,73	285,97
Total	657,90	606,28

	2016	2015
Outros Resultados Abrangentes	1.662,86	1.874,47
Capital Social	582,87	565,13
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-188,06	-188,06
Sobras e Perdas a Disposição da Assembléia	520,32	499,27
Total do Patrimônio Líquido	3.179,30	3.172,74

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% de FATES.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento - Faturado	5.329	5.092	9.756	8.951	3.638,44	3.241,55
Residencial	2.978	2.820	3.371	3.087	1.394,75	1.226,51
Industrial	7	7	365	418	166,34	184,15
Comercial	186	160	716	764	349,83	361,73
Rural	2.059	2.000	2.703	2.641	885,24	834,96
Poder público	27	36	223	226	115,13	113,64
Iluminação pública	57	57	1.643	1.501	433,33	397,09
Serviço público	15	12	735	314	293,82	123,47
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	2.946,21	2.543,72
Consumidores Cativos	-	-	-	-	2.946,21	2.543,72
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(2.961,21)	(2.551,98)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(2,12)	(0,39)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(12,88)	(7,87)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatorias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(2.946,21)	(2.543,72)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	(7,94)	13,61
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	(0,81)	(327,70)
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	2,70	4,34
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	654,02	592,32
Total	5.329	5.092	9.756	8.951	4.271,41	3.515,86

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2016 e 2015, a Outorgada não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

14. Pessoal e Administradores

	2016	2015
Pessoal	1.509,34	1.156,70
Remuneração	1.095,94	831,82
Encargos	422,66	328,84
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	4,70	
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	64,20	23,21
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	(78,16)	(27,17)
Administradores	236,46	190,68
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	216,78	183,84
Benefícios dos administradores	19,68	6,84
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	1.745,80	1.347,38

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de

renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

2016 **2015**

Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	93,23	(277,79)
Ajustes Efeitos IFRS	133,45	573,31
Lucro Ajustado	226,68	295,52
Ajustes Lalur	79,40	(36,78)
Base de Calculo Fiscal	306,08	258,74
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(22,25)	(8,73)
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(22,25)	(8,73)

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17.1. Revisão Tarifária Periódica

No ano de 2012, mais precisamente no mês de abril, nossa Permissionária deveria estar concluindo sua primeira Revisão Tarifária Periódica.

Ocorre que, por impasse entre o Órgão Regulador e as Permissionárias, tal metodologia atrasou até meados de 2013, sendo que por duas vezes tivemos nossa tarifa de 2011 prorrogada por um ano.

Tal ação acabou por criar uma diferença grande entre a tarifa de 2011 e a de 2012, publicada, no nosso caso em 2014. Como a nova tarifa foi menor que a de 2011, tivemos que reconhecer uma bolha financeira a devolver de valor muito relevante para nosso porte, no valor de R\$ 688,51

Vale salientar a grande dificuldade enfrentada por nossa Permissionária, haja vista a adaptação a uma baixa remuneração imposta pela metodologia, associado à vigência retroativa da mesma, ocasionado pelo atraso de sua publicação.

Por fim, destacamos que na Revisão Tarifária Periódica foram calculados todos os custos da Parcela B da Empresa, bem como o valor da Base de Remuneração Regulatória, totalizado pelo Ativo Imobilizado

em Serviço mais a diferença entre o Laudo de Avaliação Regulatório deduzido dos valores contábeis originais.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme Legislação Setorial.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 1.883 de 22 de abril de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada resultantes do processo de reajuste tarifário de 2015, cujo reajuste médio foi de 22,22%, correspondendo a um efeito médio de 14,60% percebido pelos consumidores. Conforme explicado no item 13.1. Revisão Tarifária Periódica, essas tarifas não foram alteradas nos próximos meses do ano de 2015.

Em virtude da não conclusão das normas e, conseqüente não realização de nossa Segunda Revisão Tarifária Periódica no exercício de 2016, nossa tarifa permaneceu congelada aos valores da tarifa 2015/2016. Durante o exercício de 2017 será realizada a Segunda Revisão Tarifária da CERCOS com efeitos retroativos à 2016, e, passo contínuo, o Reajuste Tarifário para o ciclo tarifário de 2017/2018

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser "blindada". Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;

b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;

c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo

de

avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos

que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	5.127,20
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	112,17
(4) Bens Totalmente Depreciados	-
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	5.015,03
(6) Depreciação Acumulada	2.001,77
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	3.125,43
(10) Almojarifado em Operação	15,38
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	112,17
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	3.028,64
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	0,04
(18) Quota de Reintegração Regulatória	200,60
(19) WACC real antes de impostos	0,04
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	114,18

OBS: Em virtude de ter sido prorrogado o processo de Revisão Tarifária para 2017 e não haver o preenchimento do quadro da Base de Remuneração Regulatória no arquivo PERSAS 2016, mantivemos o preenchimento desse quadro com os dados do arquivo PERSAS da Revisão anterior.

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	360,37
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	90,09
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	90,09
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	180,19
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	4,93
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	14,57
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	37,39
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	56,89

OBS: Em virtude de ter sido prorrogado o processo de Revisão Tarifária para 2017 e não haver o preenchimento do quadro CAIMI no arquivo PERSAS 2016, mantivemos o preenchimento desse quadro com os dados do arquivo PERSAS da Revisão anterior.

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT R\$	Receita Verificada	Revisão	Variação Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	1.101,24	-	-	-	-	-
1.1. Encargos Setoriais	192,00	-	-	-	-	-
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	9,30	-	-	-	-	-
CDE	100,69	-	-	-	-	-
PROINFA	47,24	-	-	-	-	-
P&D (Eficiência Energética)	34,76	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	395,39	-	-	-	-	-
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUUSD	395,39	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	513,85	-	-	-	-	-
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	513,85	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	2.345,75	-	-	-	-	-
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-

2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	2.345,75	-	-	-	-	-
3. Reposicionamento Econômico	17,03	-	-	-	-	-
4. Componentes Financeiros	5,19	-	-	-	-	-
5. Reposicionamento com Financeiros	22,22	-	-	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	7,37	-	-	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	14,60	-	-	-	-	-

OBS: Em virtude de ter sido prorrogado o processo de Revisão Tarifária para 2017 e não haver o preenchimento do quadro Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário) no arquivo PERSAS 2016, mantivemos o preenchimento desse quadro com os dados do arquivo PERSAS 2015.

15 Notas Conciliatórias Societária X Regulatória

Continuação das notas explicativas com destaque para a conciliação entre Regulatória e Societária.

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração

das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma,

uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação

da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota	2016			2015		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Ativos							
Ativo circulante		1.612,85	-	1.612,85	1.468,54	-	1.468,54
Caixa e equivalentes de caixa		131,80	-	131,80	259,63	-	259,63
Consumidores	14.1	853,75	-	853,75	821,13	-	821,13
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-

Tributos compensáveis		11,30	-	11,30	2,42	-	2,42
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		33,99	-	33,99	27,39	-	27,39
Investimentos temporários		159,36	-	159,36	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	138,02	-	138,02	108,23	-	108,23
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		284,63	-	284,63	249,74	-	249,74
Ativo não circulante		4.034,00	(1.662,86)	2.371,14	3.906,07	(1.874,47)	2.031,60
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		25,43	-	25,43	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		185,85	590,91	776,76	186,40	423,39	609,79

Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
Imobilizado	14.4	3.819,88	(3.348,47)	471,41	3.715,83	(3.306,91)	408,92
Intangível	14.5	2,84	1.094,70	1.097,54	3,84	1.009,05	1.012,89
Total do ativo		5.646,85	(1.662,86)	3.983,99	5.374,61	(1.874,47)	3.500,14

Passivo							
Passivo circulante		1.246,80	-	1.246,80	962,88	-	962,88
Fornecedores		204,09	-	204,09	161,25	-	161,25
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		181,53	-	181,53	157,20	-	157,20
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		355,92	-	355,92	265,95	-	265,95
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		70,12	-	70,12	161,45	-	161,45
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	275,11	-	275,11	79,38	-	79,38
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		160,03	-	160,03	137,65	-	137,65
Passivo não circulante		1.220,74	-	1.220,74	1.238,98	-	1.238,98
Fornecedores		-	-	-	-	-	-

Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		915,90	-	915,90	937,94	-	937,94
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		304,84	-	304,84	301,04	-	301,04
Total do passivo		2.467,54	-	2.467,54	2.201,86	-	2.201,86

Patrimônio líquido							
Capital social		582,87	-	582,87	565,13	-	565,13
Reservas de capital		(133,44)	(217,08)	(350,52)	(261,20)	(213,13)	(474,33)
Outros resultados abrangentes		1.662,86	(1.662,86)	-	1.874,47	(1.874,47)	-
Reservas de lucros		76,86	(76,86)	-	76,86	(76,86)	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(188,06)		(188,06)	(188,06)	-	(188,06)
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-

Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		657,90	-	657,90	606,28	-	606,28
Sobras à disposição da Assembleia		520,32	293,94	814,26	499,27	289,99	789,26
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		3.179,31	(1.662,86)	1.516,45	3.172,75	(1.874,47)	1.298,28
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.646,85	(1.662,86)	3.983,99	5.374,61	(1.874,47)	3.500,14

	Nota	2016			2015		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		4.271,42	-	4.271,42	3.515,87	-	3.515,87
Fornecimento de energia elétrica		669,30	-	669,30	703,18	-	703,18
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		2.946,21	-	2.946,21	2.543,72	-	2.543,72
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(0,81)	-	(0,81)	(327,70)	-	(327,70)
Serviços cobráveis		2,70	-	2,70	4,34	-	4,34
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		654,02	-	654,02	592,33	-	592,33
Outras receitas vinculadas		-	-	-	-	-	-
Tributos		(144,04)	-	(144,04)	(147,02)	-	(147,02)
ICMS		(107,85)	-	(107,85)	(107,37)	-	(107,37)
PIS-PASEP		(6,44)	-	(6,44)	(6,87)	-	(6,87)

Cofins		(29,72)	-	(29,72)	(32,62)	-	(32,62)
ISS		(0,03)	-	(0,03)	(0,16)	-	(0,16)
Encargos - Parcela "A"		(216,84)	-	(216,84)	(308,03)	-	(308,03)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(14,44)	-	(14,44)	(17,99)	-	(17,99)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(81,02)	-	(81,02)	(77,64)	-	(77,64)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(13,35)	-	(13,35)	(18,00)	-	(18,00)
Taxa de fiscalização		(9,30)	-	(9,30)	(8,31)	-	(8,31)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Outros encargos		(98,73)	-	(98,73)	(186,09)	-	(186,09)
Receita líquida / Ingresso líquido		3.910,54	-	3.910,54	3.060,82	-	3.060,82
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(1.005,46)	-	(1.005,46)	(962,44)	-	(962,44)
Energia elétrica comprada para revenda		(946,68)	-	(946,68)	(909,88)	-	(909,88)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfra		(58,78)	-	(58,78)	(52,56)	-	(52,56)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		2.905,08	-	2.905,08	2.098,38	-	2.098,38
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(2.791,85)	133,45	(2.658,40)	(2.033,92)	573,31	(1.460,61)
Pessoal e administradores (inclui 236,47 de remuneração a administradores)		(1.745,81)	-	(1.745,81)	(1.347,38)	-	(1.347,38)
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-	-
Material		(159,43)	-	(159,43)	(150,13)	-	(150,13)
Serviços de terceiros		(351,64)	-	(351,64)	(375,71)	-	(375,71)

Arrendamento e aluguéis		-	-	-	-	-	-
Seguros		(13,41)	-	(13,41)	(9,00)	-	(9,00)
Doações, contribuições e subvenções		(5,49)	-	(5,49)	(4,76)	-	(4,76)
Provisões		(10,33)	-	(10,33)	139,07	-	139,07
Recuperação de despesas		16,99	-	16,99	18,13	-	18,13
Tributos		(17,69)	-	(17,69)	(10,99)	-	(10,99)
Depreciação e amortização		(268,81)	133,45	(135,36)	(254,73)	137,39	(117,34)
Gastos diversos da atividade vinculada		(102,69)	7,85	(94,84)	(55,95)	403,86	347,91
Outras Receitas Operacionais		87,95	(7,85)	80,10	51,93	32,06	83,99
Outras Gastos Operacionais		(221,49)	-	(221,49)	(34,40)	-	(34,40)
Resultado da Atividade		113,23	133,45	246,68	64,46	573,31	637,77
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		(20,00)	-	(20,00)	(342,25)	-	(342,25)
Despesas financeiras		(133,17)	-	(133,17)	(529,84)	-	(529,84)
Receitas financeiras		113,17	-	113,17	187,59	-	187,59
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		93,23	133,45	226,68	(277,79)	573,31	295,52
Despesa com impostos sobre os lucros		(22,25)	-	(22,25)	(8,73)	-	(8,73)
Resultado líquido das operações em continuidade		70,98	133,45	204,43	(286,52)	573,31	286,79
Operações descontinuadas							
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		70,98	133,45	204,43	(286,52)	573,31	286,79
Atribuível aos:							
Acionistas controladores		-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-

Lucro por ação							
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,12	0,23	0,35	(0,51)	1,02	0,51
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade							
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-

18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica ativos e passivos financeiros setoriais.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a depreciação da reavaliação regulatória

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2016	2015
Saldos no início (Societário)	1.516,45	1.298,28
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	1.662,86	1.874,46
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Capital Social	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	3.392,61	3.570,88
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(1.729,74)	(1.696,41)
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	217,07	213,12
Reservas de Lucro	76,86	76,86
Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia	(293,94)	(289,99)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim (Regulatório)	3.179,31	3.172,74

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque dos efeitos IFRS em outras reservas de capitais, Reservas de Lucro e Sobras/Perdas a Disposição da Assembleia, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital e dos ajustes entre sobras/perdas regulatórias x sobras/perdas societárias do exercício.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2016	2015
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	226,68	295,52
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(133,45)	(573,31)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	(435,92)

Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(133,45)	(137,39)
Anulação Não Operacional	-	-
Fornecimento - Diferimento Ou Devolução Tarifária	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	93,23	(277,79)

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2016, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Os efeitos constatados em Ativos e passivos financeiros setoriais decorrem da reversão desses ativos e passivos não reconhecidos na contabilidade societária em 2015.

19. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 22/04/2017 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

AROLD COSTA MONTEIRO

Diretor Presidente

EDVÂNIO DE JESUS NASCIMENTO

Secretário

TEREZINHA COSTA DE LISBOA E SILVA

Técnica contábil

CRC - SE 4010

16 Parecer do Conselho Fiscal - Regulatório

PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2016

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda. - CERCOS, reunidos no dia 03 de Março de 2017, na sala contábil da CERCOS, situada na Colônia Treze, no município de Lagarto e estado de Sergipe, após ter examinado minuciosamente todas as atividades da Cooperativa durante o exercício de 2016, deixando registrado em Ata deste Conselho as ocorrências, as quais se encontram à disposição da Assembléia Geral e analisando o Balanço Geral, Demonstrativo de Sobras e Perdas e Relatório da Administração referente ao exercício de 2016 através dos quais fica constatado que são verdadeiros todos os documentos que deram origem ao referido resultado e são, portanto, de parecer favorável à sua aprovação e o recomendam à Assembléia.

Colônia Treze/Lagarto/SE, 03 de março de 2017.

Neilton Pereira Santos

Coordenador.

José Edson Batista dos Santos

Secretário

Dogival Calasans Martins

Conselheiro

17 Parecer dos Auditores Independentes Regulatório

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Ilmos. Srs. Diretores da
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA - CERCOS
Lagarto – SE

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA - CERCOS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA - CERCOS**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA - CERCOS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA - CERCOS**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA – CERCOS**, com data de 27 de março de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA - CERCOS**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA – CERCOS**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes

quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 25 de abril de 2017.

Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável – Contador–CRC-SC 14.874/O-7“S” SE

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012 “S” SE

II. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessário na oportunidade, tendo por

base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária e comercial vigente.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA - CERCOS**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente.

Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável – Contador–CRC-SC 14.874/O-7“S” SE

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012 “S” SE

Rua Vereador Mário Coelho Pires, n.º 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 – e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br - 155 -